

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 29 DE JANEIRO DE 2015

NÚMERO 6.778

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Valdir Cobalchini
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Gelson Merisio

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Gilmar Knaesel
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Darci de Matos

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Darci de Matos
Maurício Eskudlark
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Serafim Venzon

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Darci de Matos
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Darci de Matos
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador em exercício: Nereu Bahia Spinola Bittencourt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 019ª Sessão Solene realizada em 25/11/2014.....2</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública5 Extratos11 Portarias11 Redação Final17</p>
---	--	--

PLENÁRIO

ATA DA 019ª SESSÃO SOLENE

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014, DE CONCESSÃO DA

COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor desembargador Luiz César Medeiros, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor conselheiro Julio Garcia, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Joares Ponticelli, primeiro-vice-presidente da Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera, segundo-vice-presidente da Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Kennedy Nunes, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Nilson Gonçalves, segundo-secretário da Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Manoel Mota, terceiro-secretário da Assembleia Legislativa.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão solene foi convocada pela Mesa Diretora para a concessão da Comenda do Legislativo Catarinense, instituída pela Resolução n. 02, de 2008.

A seguir, teremos a execução do Hino Nacional, pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Márcio Egídio Schmidt.

(Procede-se à execução do hino.)

Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome das bancadas com assento neste Poder, o sr. deputado Joares Ponticelli, primeiro-vice-presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Excelentíssimo sr. presidente desta Assembleia, deputado Romildo Titon; desembargador representando o egrégio Tribunal de Justiça; sr. presidente do Tribunal de Contas; colegas que compõem a Mesa Diretora; sras. deputadas Ana Paula Lima, Dirce

Heiderscheidt, Angela Albino, Luciane Carminatti e Ada Faraco De Luca; srs. deputados; srs. deputados eleitos que aqui se encontram, e já participando de um treinamento para a sessão do próximo ano; senhoras e senhores homenageados; autoridades; familiares; catarinenses que aqui se encontram; catarinenses que nos acompanham ao vivo através da TVAL e que nos ouvem através da Rádio Alesc Digital; servidores da Casa; senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer a v.exa., deputado Romildo Titon, que, na condição de presidente, poderia escolher o parlamentar que deveria se manifestar numa sessão tão importante, mas que levou esse assunto para a Mesa, inclusive. E quero agradecer à Mesa por ter-me distinguido com essa honraria. Para mim, este momento é extremamente importante, porque é quase uma sessão de despedida também, deputados Dóia Guglielmi, Reno Caramori, Sargento Amauri Soares, Jailson Lima, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira, Edison Andrino, Renato Hinnig, Manoel Mota e Altair Guidi, que, assim como eu, não estarão mais integrando esta Casa Legislativa a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Nesses 16 anos que estou nesta Casa, participei de sessões, assim como os demais parlamentares, extremamente importantes, contundentes e calorosas, que produziram muito para Santa Catarina. Mas o

momento de maior emoção que eu vivo a cada ano nesta Casa, e que vivi ao longo desse tempo - e tenho certeza de que esse é o sentimento de todos os parlamentares que a compõem -, é a sessão que estamos celebrando hoje. Esta é, de todas, a mais importante das sessões porque é a oportunidade que esta Casa tem, através da indicação livre de cada um dos deputados, de reverenciar, destacar e mostrar para Santa Catarina e o Brasil uma história, um caso de sucesso de um cidadão ou de uma instituição.

É uma escolha difícil, porque dentre tantos que gostaríamos de homenagear e destacar, podemos apresentar somente um. Porque esta Casa também, presidente Julio Garcia, construiu sabiamente apenas uma indicação anual por deputado para que pudesse destacar, efetivamente, esse prêmio, para não vulgarizá-lo e para que ele tivesse a importância que esta Casa quer dar para a história, a causa e a luta de cada um e de cada instituição.

Por isso, a escolha é difícil, principalmente para nós, que estamos saindo. Os deputados Reno Caramori e Manoel Mota são os que estão há mais tempo aqui e, portanto, já tiveram a oportunidade de apresentar várias indicações, mas eu não tenho dúvida de que a caderneta deles ainda tem muitos nomes de pessoas e instituições que gostariam de homenagear.

Portanto, a escolha é difícil, e mais difícil ainda, por razões óbvias, no ano de eleição. Aí ela fica ainda mais difícil, deputado Marcos Vieira, e temos que pensar um pouco mais.

Eu me alegro também por ver, nesta sessão, a cada ano, a importância que os homenageados dão ao prêmio, à comenda, ao destaque, pela presença maciça, jornalista Moacir Pereira, dos seus familiares e amigos. É isto que valoriza essa comenda.

Por isso, é bom viver esta sessão num dia tão especial, dia do nosso estado, dia da nossa padroeira, santa Catarina de Alexandria. Não poderia haver, deputado Romildo Titon, data melhor para celebrarmos esta sessão.

Por isso, eu o cumprimento novamente por ter escolhido essa data, porque essas catarinenses e esses catarinenses que aqui estão teriam que ser homenageados exatamente no dia mais significativo para este estado abençoado e feminino, porque ele é o único que tem o nome de mulher em toda nação, e nome de uma santa para ficar ainda melhor.

Assim, agradeço a v. exa., presidente Romildo Titon, e também aos componentes da Mesa, e quero, em nome dos 40 deputados que compõem esta Casa, cumprimentar cada um e cada uma de vocês, pois vocês que aqui estão passaram por esse processo difícil de indicação de cada parlamentar. Mas, com certeza, a pequena síntese da história de vida de cada um e de cada instituição vai mostrar para Santa Catarina, o Brasil e o mundo, através de nossos veículos de comunicação, por que vocês merecem estar aqui nesta noite solene e festiva.

Desejo que santa Catarina de Alexandria os proteja e continue guiando-os para continuarem fazendo ainda mais por Santa Catarina e sua gente, porque se aqui estão é porque fizeram além de suas obrigações.

Por isso, a Assembleia, através de seus representantes, concede-lhes essa importante honraria deste Parlamento nesta noite.

Um grande abraço, felicidades e continuem fazendo pela nossa gente! Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Dando continuidade à sessão, convivo a mestre-de-cerimônias, Nicoli Madeira, para proceder à nominata dos homenageados com a Comenda do Legislativo Catarinense.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

(Nicoli Madeira) -

Senhoras e senhores, boa-noite!

A Comenda do Legislativo Catarinense foi instituída pela Resolução de n. 02, do ano de 2008, com o objetivo de homenagear pessoas físicas, jurídicas e outras entidades que no campo de suas atividades realizam ações relevantes e de destaque no estado de Santa Catarina em prol da sociedade.

Convivo o sr. deputado Romildo Titon para fazer a entrega da comenda ao sr. Francisco Lopes de Aguiar.

Empresário e fundador da empresa Liderança Serviços, através do seu mérito empresarial, dedicação e atenção aos seus colaboradores colocou-a no *hall* das empresas do segmento com maior credibilidade no mercado.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo a sra. deputada Ada Faraco De Luca para fazer a entrega da comenda a sra. Micheline Aranha de Araújo, neste ato representando o sr. Luiz Carlos Luiz, ex-prefeito de Garopaba, *in memoriam*.

Empreendedor, foi secretário de Turismo, presidente da Associação Comercial e Industrial de Garopaba, duas vezes prefeito do município e diretor do Deinfra. Luiz Carlos Luiz foi sempre muito respeitado pela população de Garopaba, liderança prestigiada que transformou o município num importante polo turístico de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Aldo Schneider para fazer a entrega da comenda ao sr. Viegand Eger.

Idealizador e fundador da Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí - Fedavi, hoje Unidavi -, participou ativamente da criação da Escola Agrotécnica de Rio do Sul, atual Instituto Federal Catarinense. É conselheiro titular do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Altair Guidi para fazer a entrega da comenda ao sr. Mário Sônego.

Vereador e prefeito de Criciúma, exemplo de homem público, começava aí uma carreira de sucesso. Ao longo de décadas, sempre se destacou pelo zelo dedicado a auxiliar a próximo. Escreveu o seu nome como um dos maiores beneméritos do município.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo a sra. deputada Ana Paula Lima para fazer a entrega da comenda a sra. Urda Alice Klueger.

Professora e escritora de inúmeras obras entre romances, contos e crônicas, pertence à Academia Catarinense de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e à Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, fortalecendo e engrandecendo a educação e a literatura Catarinense.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo a sra. deputada Ana Paula Lima, representando neste ato a sra. deputada Angela Albino, para fazer a entrega da comenda ao sr. Yuri Becker dos Santos, presidente e neste ato representando a União Catarinense dos Estudantes.

A União Catarinense dos Estudantes completou 65 anos de história em defesa dos estudantes e do povo catarinense. Participou de movimentos importantes de resistência à ditadura militar e redemocratização do Brasil, com destaque para a chamada Novembro, em 1979. É uma das entidades representativas mais antigas do Brasil ainda em atividade.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Antonio Aguiar para fazer a entrega da comenda ao sr. Eraldo Luiz de Carvalho

Seu envolvimento com clubes de serviços e campanhas para beneficiar comunidades do interior resultou no reconhecimento, em 1978, com o título Comendador da Legião de Honra Giuseppe Garibaldi. Ativo articulador para garantir a jovens estudantes bolsas de estudo, inclusive em universidades do exterior.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Carlos Chiodini para fazer a entrega da comenda ao sr. Werner Ricardo Voigt.

Um dos fundadores da Eletromotores Jaraguá, hoje Eletromotores WEG S/A. Mais de 50 anos de trabalho e dedicação transformaram a WEG em uma das maiores fabricantes de equipamentos eletroeletrônicos do mundo.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Darci de Matos para fazer a entrega da comenda ao sr. Osni Osmar Silveira

Presidente da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina e um dos idealizadores da Cooperativa de Crédito dos Despachantes, grande marco para a categoria e que hoje é responsável pela maior fatia da arrecadação de taxas estaduais.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega da comenda ao sr. Valério Gomes Neto.

Responde pela Presidência do empreendimento Pedra Branca Ltda., novo bairro planejado baseado nas normas do urbanismo que reúne ocupação urbana, respeito ao meio ambiente e foco nas pessoas.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Dóia Guglielmi para fazer a entrega da comenda ao sr. Rubens Sérgio Salfer.

Membro do Conselho de Acionistas do Grupo Salfer, tem no direito a sua vocação. Trabalhou como juiz substituto em diversas comarcas pelo estado e atua em Criciúma desde 2004.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Edison Andriano para fazer entrega da comenda ao jornalista Moacir Pereira.

Advogado, jornalista e autor de muitas obras, especialmente sobre a vida de grandes políticos catarinenses. Colunista do *Diário Catarinense* e do *Jornal de Santa Catarina*, comentarista da CBN-Diário, da RBS-TV e da TV-COM, foi presidente da Associação Catarinense de Imprensa, fundador e primeiro coordenador do Curso de Jornalismo da UFSC. Profissional de valor inestimável, um grande jornalista catarinense.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Darci de Matos, neste ato representando o deputado Gelson Merisio, que teve que se ausentar por motivo de força maior, para fazer a entrega da comenda a sra. Jurema Ramos dos Santos.

Representa a união de forças contra o câncer de mama, através do seu reconhecido empenho na organização da campanha Outubro Rosa, em Florianópolis, além dos projetos Vitoriosos e Costurando Cidadania, em que realiza orientação jurídica e profissional para as mulheres de baixa renda e fragilizadas por doenças graves.

(Procede-se à entrega da comenda.)

(Palmas)

Convivo o sr. deputado Gilmar Knaesel para fazer a entrega da comenda ao sr. Cássio Roberto Splitter, neste ato representando o sr. Tiago Splitter.

Iniciou a sua carreira em Blumenau, chegando à Seleção Brasileira de Basquetebol Adulta em 2002. Medalhista de Ouro nos Jogos Pan-Americanos em 2003. Destacou-se no cenário internacional como o primeiro brasileiro

a conquistar um título da NBA, Liga Profissional de Basquete dos Estados Unidos, em 2014.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Ismael dos Santos para fazer a entrega da comenda ao sr. Michael Aboud.

Escritor e pastor evangélico, fundou a Igreja Embaixada do Reino de Deus, em Balneário Camboriú. Construiu uma trajetória de sucesso baseada na dedicação a Deus.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a entrega da comenda ao sr. Jairo da Silva, presidente e neste ato representando a Associação Catarinense para Integração do Cego - Acic.

Fundada em 1977, a ACIC se propõe a promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas cegas ou com baixa visão em todo o estado, por meio da prestação de serviços nas áreas de habilitação, reabilitação, profissionalização, cultura, esporte e lazer.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Jean Kuhlmann para fazer a entrega da comenda ao padre João Bachmann.

Desde muito cedo apresentava vocação para o sacerdócio. Mais que um trabalho de cunho religioso, desenvolve importante e fundamental trabalho social junto à comunidade blumenauense.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Joares Ponticelli para fazer a entrega da comenda ao sr. Francisco Vady Nozar Mello, presidente e neste ato representando a Fundação Hermon.

Fundada em abril de 2001, a Fundação Hermon atua nos campos da assistência social e da educação às crianças e aos adolescentes menos assistidos, realizando ações sustentadas nos princípios basilares que norteiam a Maçonaria universal. Com sede em Florianópolis, tem filiais espalhadas pelo território catarinense.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Jorge Teixeira para fazer a entrega da comenda ao sr. Mário César de Aguiar, primeiro-vice-presidente e neste ato representado a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc.

Atuando como interlocutora da indústria com a sociedade, prestando serviços nas áreas de educação, qualidade de vida e desenvolvimento tecnológico, a Fiesc contribuiu para a construção de um dos parques fabris mais robustos e diversificados do país.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da comenda ao sr. José Hilson Sasso, neste ato representado o Centro de Reabilitação Humana Fazenda São Jorge.

Sediado no município de Araranguá, tem como principal objetivo a recuperação de dependentes químicos, toxicômanos, alcoólatras e de outros entorpecentes, através de grupos de apoio e internamento com assistência integral, visando à reabilitação e reintegração à sociedade.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado José Nei Ascarí para fazer a entrega da comenda ao sr. Julio Garcia.

Tem a trajetória marcada por intensa e sólida presença no cenário político e administrativo de Santa Catarina. Foi o responsável pela apresentação do projeto de lei que instituiu o repasse mensal de recursos do fundo social para as Apaes de Santa Catarina, que ficou conhecida como Lei Julio Garcia. Apesar de afastado da atividade política, hoje conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, permanece como dedicado ativista da causa das pessoas com deficiência.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Kennedy Nunes para fazer a entrega da comenda a sra. Bianca Castellar de Faria.

Tem trilhado a sua vida na busca da perfeição em proporcionar à população garantia e segurança jurídica do ato que instrumentaliza, tornando-se uma pessoa ainda mais íntegra e empenhada nas funções profissionais a que se propõe.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido a sra. deputada Luciane Carminatti para fazer a entrega da comenda ao sr. Sérgio Luís Theisen.

Educador e prefeito municipal de São João do Oeste, realiza um trabalho sério e comprometido com a qualidade da educação, além de preservar os aspectos culturais que levaram o município a ser destaque nacional em alfabetização, recebendo também o título de Capital Catarinense da Língua Alemã.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da comenda ao sr. Edésio Justen.

Vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz, além de vice-prefeito e prefeito. Ajudou a transformar o município em um dos que mais cresce no estado, mesmo enfrentando grandes tragédias, como as enchentes de 1998 e 2010.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Maurício Eskudlark para fazer a entrega da comenda ao sr. Paulo César Stürmer.

Gaúcho de nascimento, foi em Santa Catarina que estruturou a sua vida, fundando a empresa Macodesc Material de Construção Ltda., hoje sediada em São Miguel d'Oeste.

(Procede-se à entrega da comenda.)

Convido o sr. deputado Mauro de Nadal para fazer a entrega da comenda ao sr. Marcos Bard, presidente e neste ato representando a Associação Catarinense dos Motoristas de Ambulância.

Com sede no município de São Carlos, foi fundada com o objetivo de promover a integração e a capacitação profissional dos seus associados.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Moacir Sopelsa para fazer a entrega da comenda ao sr. Eider Ern, neste ato representando a sra. Elisete Pessatti Ern.

Reconhecido por sua trajetória, consolidando, no município de Taió, o Frigorífico El Gollí, uma empresa que alcançou projeção significativa e gera inúmeros postos de trabalho no meio rural catarinense.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Narciso Parisotto para fazer a entrega da comenda ao sr. Getúlio Gromoviski, presidente, neste ato representando o Conselho de Pastores Evangélicos de Chapecó.

Realiza trabalho fundamental na união das ações das Igrejas Evangélicas nas áreas de evangelização, ação pastoral, educação e reflexão teológica, exercendo na comunidade chapecoense um papel informativo, desenvolvendo ações e projetos na busca pela união e bem-estar dos menos favorecidos.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Neodi Saretta para fazer a entrega da comenda a sra. Irma Gross Casagrande, presidente, neste ato representando a Associação de Pais e Amigos dos Surdos.

Com sede em Concórdia, tem a missão de promover e articular ações de defesa dos direitos e da consciência dos deveres dos surdos, estimulando a prática da linguagem brasileira de sinais e a cultura surda.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Nilson Gonçalves para fazer a entrega da comenda a sra. Maria Angélica da Silva Ponciano.

Envolvida em movimentos sociais na comunidade de Joinville, a pedagoga foi vereadora, secretária do Bem Estar Social do município, dedicando-se no atendimento de inúmeros programas sociais, priorizando a criança, o adolescente e o idoso.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Padre Pedro Baldissera para fazer a entrega da comenda ao sr. Ulian Dalpiaz, secretário Regional, neste ato representando a Pastoral da Juventude de Santa Catarina.

É uma organização da juventude católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e que atua de forma direta na organização de grupos de jovens ligados à Igreja Católica. Trabalha a partir das comunidades e de ações em defesa da vida da juventude e construção de políticas públicas, tendo o jovem como foco principal.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Renato Hinnig para fazer a entrega da comenda ao professor Newton Carneiro Affonso da Costa.

Um dos cinco matemáticos brasileiros de maior projeção internacional pelo número de citações que seus trabalhos recebem todos os anos, e pela grande influência que exerce através de muitos de seus alunos e colaboradores que se espalham pelo Brasil, Estados Unidos, Europa e Austrália.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Reno Caramori para fazer a entrega da comenda ao sr. Moacir Thomazi, diretor-presidente, neste ato representando a Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina.

Fundada em 9 de abril de 1994, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função social orientar, apoiar, inspecionar e representar as entidades filiadas de bombeiros voluntários em nosso estado.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Sargento Amauri Soares para fazer a entrega da comenda ao sr. Adilson Eliseu Pereira.

Policia exemplar, solidário e prestativo, é reconhecido pela categoria e pela comunidade como um lutador por direitos para os praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e para o conjunto da sociedade catarinense.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da comenda aos srs. Adalberto da Silva e Sérgio Reinaldo Hang, diretores e neste ato representando a Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.

A empresa recebe esta homenagem pelo importante papel em favor do meio ambiente. Hoje Santa Catarina é o único estado brasileiro onde foram banidos os lixões. Todo o resíduo catarinense é tratado em aterros sanitários com rigoroso controle dos órgãos ambientais.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Silvio Dreveck para fazer a entrega da comenda à magnífica reitora Sandra Aparecida Furlan, neste ato representando a Universidade da Região de Joinville.

A Universidade da Região de Joinville completará 50 anos em 2015. Nestas cinco décadas de história, concretizou os seus objetivos de produzir e disseminar conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural. E pela contribuição da Univille no desenvolvimento e progresso de Santa Catarina, em especial das regiões norte e nordeste do estado.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Valdir Cobalchini para fazer a entrega da comenda ao sr. Júlio André Ruas Tedesco, neste ato representando a Primo Tedesco S/A.

Primo Tedesco vislumbrou a necessidade de preservar as reservas florestais da região de Caçador para suprimento de matéria-prima, tornando-se o primeiro reflorestador da região.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Valmir Comin para fazer a entrega da comenda ao sr. Otílio Paulo Pereira Miranda, presidente e neste ato representando o Grupo de Pais e Amigos pela Unidade Infanto-Juvenil de Onco-Hematologia - Casa Guido.

Se existe um pedacinho do céu aqui na terra, podemos chamá-lo de Casa Guido. O grupo busca investir na melhora da qualidade de vida das crianças e adolescentes com câncer, enquanto trabalha incansavelmente na busca pelo estabelecimento de uma Unidade Infanto-juvenil de Onco-Hematologia na cidade, referência para toda a região sul de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch para fazer a entrega da comenda ao sr. Lizeu Mazzioni, presidente e neste ato representando a Federação dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina - Fetram-SC CUT.

Responsável por fortalecer a organização sindical, o serviço público qualificado e a valorização dos trabalhadores de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da comenda.)
(Palmas)

Boa noite a todos e muito obrigada!
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Registramos a presença, e já com assento na mesa, do exigentíssimo sr. Nelson Antônio Serpa, secretário da Casa Civil, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador Raimundo Colombo.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. conselheiro Julio Garcia, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

O SR. JULIO GARCIA - Excelentíssimo sr. deputado Romildo Titon, presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina; excelentíssimo sr. Nelson Antônio Serpa, que neste ato representa sua excelência, o governador Raimundo Colombo; excelentíssimo sr. desembargador Luiz César Medeiros, que representa neste ato o Tribunal

de Justiça do nosso estado; excelentíssimo sr. deputado Joares Ponticelli, vice-presidente da Assembleia Legislativa; senhores secretários da Mesa desta Casa: deputados Kennedy Nunes, Manoel Mota e Nilson Gonçalves; srs. desembargadores aqui presentes; srs. conselheiros; caro amigo Padre Pedro Baldissera, e eu o saúdo na condição eclesiástica e de deputado; srs. conselheiros do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, meus colegas; srs. deputados estaduais que compõem a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina e aqueles que foram eleitos para a próxima legislatura; demais autoridades; senhoras e senhores.

Entre uma audiência e outra na tarde de hoje, procurei rápidas palavras que não fossem tão poucas para não parecer minimizar a importância desta solenidade - e importância que conheço bem, pela minha passagem nesta Casa -, nem tão longas para que não acusassem a minha saudade da tribuna do Parlamento do estado de Santa Catarina. Espero tê-las cunhado na medida certa.

(Passa a ler.)

"Desejo iniciar as minhas palavras agradecendo a honra de ter sido escolhido pela Assembleia Legislativa do nosso estado para falar em nome dos homenageados desta noite. E começo por mim para agradecer, penhoradamente, ao grande deputado José Nei Alberton Ascarí, que foi meu companheiro de trabalho nesta Casa e demonstrou, ao longo do seu primeiro mandato, sabedoria, equilíbrio, consciência da sua atividade. Desejo também dizer que esta homenagem a mim brota muito mais da generosidade, que conheço bem, do deputado José Nei Ascarí, do que dos meus méritos.

Esta homenagem que a Assembleia Legislativa presta todos os anos a pessoas que, de alguma forma, destacaram-se em alguma atividade pelos rîncões do nosso estado tem a virtude de reconhecer o esforço dessas pessoas e algumas instituições nos mais diversos campos de atuação. A homenagem vai mais além, ela não discrimina nas suas escolhas.

Nesta noite são agraciados desde a poderosa Fiesc até a Associação Catarinense dos Motoristas de Ambulâncias, passando pelo decano do jornalismo de Santa Catarina, jornalista Moacir Pereira. O que vale dizer é que todos têm méritos, e cujas ações aqui reconhecidas completam-se e são imprescindíveis na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e menos desigual.

Tive o privilégio de presidir esta augusta Assembleia e, numa dessas sessões, fui indagado se era papel da Assembleia Legislativa homenagear pessoas da sociedade,

como fazemos nesta memorável noite. E recorde-me como se fosse hoje da resposta.

Primeiramente, afirmo que as instituições modernas não se cingem às atividades previstas em seus Regimentos. Elas se abriram para a participação da sociedade, interagindo de forma saudável na busca de novos horizontes que nos permitam almejar o aprimoramento do processo democrático, evoluindo para a participação plena.

Em segundo lugar, completei: como seria bom se todas as mazelas dos Legislativos brasileiros estivessem circunscritas a essas solenidades que acolhem no seio do Parlamento a representação mais expressiva da sociedade da qual fazemos parte. Certamente teríamos uma sociedade muito melhor, mais limpa, mais fraterna, mais harmônica e melhor de se viver.

Encerro citando Bertold Brecht, que disse: 'Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há outros que lutam muitos anos e são muito bons, mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis'. Isto ele disse dos que apenas lutam! O que dizer daqueles que dedicam grande parte de sua vida a ajudar o próximo com atitudes e exemplos? Estes são vocês, homenageados desta noite. Vocês são imprescindíveis!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -

Muito obrigado ao sempre presidente Julio Garcia!

Queremos parabenizar todos os homenageados e, da mesma forma, agradecer a oportunidade que deram a este Poder Legislativo de homenageá-los, demonstrando o carinho e reconhecimento que esta Casa tem por todos aqueles que no campo da sua atuação certamente fazem a diferença em Santa Catarina. Muito obrigado!

(Palmas)

Esta Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Antes de encerrar a presente sessão, teremos a execução do Hino de Santa Catarina pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Márcio Egídio Schmidt.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA AVALIAR E ANALISAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REALIZADA NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 9H, NA SALA 01 DAS COMISSÕES, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Com satisfação, saudamos os telespectadores da TVAL; os ouvintes da Rádio Digital; os senhores Deputados Renato Hinnig e Antônio Aguiar; o Secretário da Fazenda Antônio Marcos Gavazzoni; a senhora Graziela Luiza Meincheim, gerente de Informações Contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda; o doutor Flávio George Rocha, diretor de Contabilidade-Geral em exercício da Secretaria de Estado da Fazenda. Senhoras e senhores, o nosso bom-dia.

Damos por aberta esta audiência pública, na forma regimental, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos

segundo e quarto bimestres de 2014 e Relatório de Gestão Fiscal dos primeiro e segundo quadrimestres de 2014.

Saudamos todos, e é uma satisfação podermos receber o Secretário Antônio Gavazzoni com a sua equipe, que faz um excepcional trabalho na Pasta da Fazenda do governo João Raimundo Colombo.

Neste momento, concedemos a palavra ao senhor Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Obrigado, senhor Presidente.

Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Darci de Matos, o Deputado Aguiar, o Deputado Renato Hinnig, a equipe da Fazenda, os nossos diretores, o Flávio e a Graziela que nos acompanham, o doutor Alex e a doutora Cléia.

Nós temos duas apresentações a fazer, Presidente; a primeira será feita pela Graziela e a segunda por mim, que demonstrarão, em resumo, os números de Santa Catarina e mostrarão o equilíbrio financeiro das contas do Estado, o cumprimento de todos os limites e de todas as obrigações constitucionais e legais e, mais que isso, demonstrarão que o momento que Santa Catarina vive perante o nosso cenário nacional, que é de bastante turbulência econômica, é uma posição que se consolida de destaque.

Então, para encurtar um pouquinho a nossa participação aqui, eu passo a palavra à diretora Graziela para que ela faça a

apresentação, e, na sequência, eu vou fazer algumas intervenções e uma apresentação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Muito bem. Assim, passamos a palavra à doutora Graziela Luiza Meinheim, gerente de Informações Contábeis da Secretaria de Estado da Fazenda.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINHEIM - Bom-dia a todos. Cumprimento o Presidente da mesa, Deputado Darci de Matos, e os demais Deputados.

Como o Secretário Gavazzoni falou, os números que vamos apresentar aqui, tanto do primeiro quanto do segundo quadrimestres, demonstram que as finanças do Estado estão em equilíbrio. Bem rapidamente, eu vou apresentar os números do primeiro quadrimestre e vou dar um enfoque maior no segundo, porque são os dados mais atuais.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Essa imagem mostra as publicações, porque temos o prazo de trinta dias. No encerramento de cada quadrimestre, temos que publicar os relatórios; então aí está a comprovação das publicações.

Em relação à Receita, no primeiro quadrimestre tivemos uma arrecadação bruta superior a 17% em relação ao mesmo período do ano anterior. Então a arrecadação bruta fechou em R\$ 8,936 bilhões, e uma arrecadação líquida, que é a que fica efetivamente para o Estado, de R\$ 6,458 bilhões+. As despesas realizadas no primeiro quadrimestre de 2014 fecharam em R\$ 5 bilhões - tivemos um acréscimo de 17% em relação ao primeiro quadrimestre de 2013 -, o que fechou num resultado orçamentário, que é a diferença entre as receitas e as despesas realizadas, de R\$ 572 milhões.

Em relação às metas da LDO e aos limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, no primeiro quadrimestre de 2014 a meta do resultado primário foi cumprida em 127% - alcançamos um resultado primário de R\$ 633 milhões; e do resultado nominal, que é a meta de diminuição da Dívida Consolidada Líquida, alcançamos um resultado de R\$ 978 milhões. Essa meta avalia a posição da Dívida Consolidada Líquida em relação ao ano anterior. Então tivemos uma redução, no primeiro quadrimestre, de R\$ 978 milhões, quando a meta era de R\$ 34 milhões.

Gastos com Pessoal. São os limites estabelecidos para cada Poder. A gente tem o limite legal no Executivo de 49%, e no primeiro quadrimestre a gente chegou a 46,24%, alcançando o limite de alerta; o Poder Judiciário, com 5,12%, quando o limite legal seria de 6%; o Ministério Público, com 1,60%, quando o limite seria de 2%; e dentro do Poder Legislativo o limite é de 3% divididos entre a Assembleia e o Tribunal de Contas - e aqui um destaque para o Tribunal de Contas, que alcançou o limite prudencial nesse primeiro quadrimestre.

Em relação à Dívida Consolidada Líquida, a gente tem um limite de 200% em relação à Receita Corrente Líquida, que pode ser comprometida com a dívida consolidada. E no primeiro quadrimestre a gente teve 39% de comprometimento da Receita com a Dívida Consolidada Líquida, que na verdade apresenta o estoque da dívida total do Estado.

Garantias e Contragarantias. Nós tivemos um acréscimo do primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período do ano anterior...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Senhores Deputados, em relação ao slide anterior - Dívida Consolidada Líquida -, o percentual é de 39% e o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 200%. Hoje nós devemos ser o Estado, em colocação nacional...

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINHEIM - É o 14º...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - O 14º, ou seja, nós temos um nível de endividamento bastante baixo comparado aos demais Estados brasileiros.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINHEIM - *(Continua a exibição de imagens.)*

Em relação às garantias e às contragarantias, há alguns contratos que o Estado entra como garantidor. No caso aqui, nós tivemos um acréscimo maior no primeiro quadrimestre de 2014 devido aos contratos da Casan, porque o Estado firmou compromisso como garantidor dos empréstimos. E nós alcançamos um percentual de 4,65% da Receita Corrente Líquida, quando o limite é de 22%.

Operações de Crédito. No primeiro quadrimestre tivemos R\$ 157 milhões de entrada de operações de crédito do caixa do Estado, o que representou 0,94% da Receita Corrente Líquida, quando o limite é 16%.

Aplicação em Saúde. No primeiro quadrimestre foram aplicados R\$ 543 milhões em saúde, e a meta é em cima de outro conceito, que é Receita Corrente de Impostos, que alcançou R\$ 4,885 bilhões no primeiro quadrimestre. Na proporção, a gente alcançou 11,13% da Receita Líquida de Impostos em aplicação em saúde. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]*

O mínimo que temos que aplicar é 12%, só que o mínimo tem que ser cumprido até o final do ano. Então nós tentamos aplicar os recursos, tentamos manter o equilíbrio durante o ano para alcançar no final, mas o valor tem que ser alcançado efetivamente no final do ano, no encerramento do exercício. Ele também demonstra uma aplicação superior de 11% em relação ao mesmo período do ano passado.

Educação. A gente tem mais do que o dobro do que é para aplicação em saúde; temos que cumprir 25% da Receita Líquida de impostos e foram investidos R\$ 1,284 bilhões no primeiro quadrimestre

de 2014. Um acréscimo de 9.74% a mais do que o mesmo período do ano passado.

Agora vamos apresentar um pouco mais de detalhes dos dados do segundo quadrimestre. Na publicação, também cumpriu o prazo legal - dentro dos trinta dias após o encerramento do quadrimestre.

A Receita bruta alcançou R\$ 18,5 bilhões no segundo quadrimestre de 2014 - um acréscimo de 4.53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Da Receita Líquida, o que efetivamente o Estado tem para custear a sua Despesa, a gente teve R\$ 13,6 bilhões - um acréscimo de 7,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Dentro da arrecadação própria, que é a maior parte da nossa receita, o ICMS alcançou R\$ 10 bilhões até o segundo quadrimestre de 2014 - um acréscimo de 12, 51% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dos repasses constitucionais, que são os impostos que a União arrecada e repassa para gente, o FPE teve um acréscimo de 9,88% em relação ao mesmo período do ano anterior. Então, a gente recebeu R\$ 634 milhões este ano, até o segundo quadrimestre. O IPI, a cota-parte do IPI Exportação, R\$ 166 milhões; e a Cide, valor totalmente irrisório, 4 milhões.

Das deduções, a gente apresentou a Receita Bruta e a Receita que fica para o Estado. Dentro das deduções da Receita tem os repasses aos Municípios - são os impostos que nós arrecadamos, ICMS e IPVA, e que somos obrigados a repassar aos Municípios. Até o segundo quadrimestre o total repassado para eles foi de R\$ 3 bilhões - teve um acréscimo de 11,58% em relação ao ano anterior.

Outra parte que é também vinculada a partir do momento que entra a arrecadação, os impostos do Estado, a gente faz o repasse automaticamente para o Fundeb. Então, a gente repassou até o segundo quadrimestre R\$ 1 bilhão 791 milhões; um acréscimo de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. E as restituições, que são os casos em que o contribuinte fez o recolhimento indevido e entra com processo de restituição, e a gente faz o ressarcimento: deu R\$ 43 milhões.

Isso gerou uma Receita Líquida Tributária para o Estado de R\$ 7 bilhões 965 milhões - um acréscimo de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Da Receita total do Estado, da Receita Líquida para o Estado, o montante ficou em R\$ 13 bilhões e 617 milhões - um acréscimo de 7% em relação ao ano anterior.

A despesa que a gente realizou até o segundo quadrimestre foi de R\$ 13 bilhões, o que gerou um superávit, aproximadamente, de R\$ 600 milhões até o segundo quadrimestre.

Agora vamos destacar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e os limites constitucionais.

Em relação às metas de resultado primário e nominal. Até o segundo quadrimestre de 2014 a gente cumpriu 32% da meta de resultado primário. A meta foi fixada em R\$ 498 milhões e o resultado alcançado foi de R\$ 164 milhões. Aqui a gente faz um destaque em relação a esse valor porque o resultado primário é a diferença entre as Receitas e as Despesas Primárias. E dentro das Despesas, parte dela é custeada com sobras de caixas de anos anteriores; então as Despesas acabam sendo maiores do que as Receitas que foram arrecadadas no ano. Até o segundo quadrimestre, por exemplo, a gente teve R\$ 999 milhões de despesas custeadas com sobras de caixa de anos anteriores. Se essas despesas fossem desconsideradas, a gente teria um resultado primário de R\$ 1 bilhão e 163 milhões. Então, a gente alcançaria a meta.

Outro destaque: Receitas de Operação de Crédito - os empréstimos que a gente pega. Elas não são receitas primárias, então elas acabam saindo da conta; e os investimentos que a gente realiza com esses recursos são despesas primárias. Portanto, a partir do momento em que você pega empréstimo para investimento, a tendência é que o resultado primário seja afetado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Destacando que essa meta é a meta da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deriva do Orçamento feito ano a ano.

Então os orçamentos, como V.Exas. sabem, sempre são conclusos lá pelo mês de - para virar legislação até o final do ano. Aí nesse tempo, e isto é um fato que aconteceu em Santa Catarina, nós capturamos no ano passado, por exemplo, o financiamento de R\$ 2 bilhões pelo Banco do Brasil. Aqui é um ponto bem importante porque daí, quando se tem o Orçamento construído e aprovado naquele ano, quando a gente faz o ajuste, o Programa de Ajuste Fiscal com o Tesouro Nacional, a gente muda as metas; elas ficam distantes, as metas do Orçamento com as metas que são apresentadas no PAF perante à STN, que são aquelas que efetivamente poderiam nos causar alguma punição.

E, se a gente pegar, qual seria o resultado primário destacado no nosso PAF, nós estamos dizendo que vamos ter um resultado negativo de mais de R\$ 1 bilhão. Por quê? Porque nós temos entrada de recursos financiados, que não são Receitas primárias, mas é dinheiro no caixa, e investimento; e quando você faz investimento ela é, para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, despesa. Então você tem mais despesa e menos receita.

Portanto, quando vamos verificar o nosso posicionamento perante o cenário nacional, de novo - e aí saindo um pouco desta apresentação que tem o foco na Lei da Responsabilidade Fiscal e no nosso Orçamento aprovado por esta Casa -, nós vamos ter uma

inversão em que quanto mais negativo for o número mais eficiente é o governo na captura de financiamentos e na realização de investimentos. Isso é interessante. Quanto mais você investir com recurso financiado, mais o número pressiona para o negativo.

Algum tempo atrás um repórter perguntava: não, mas então está ruim? Não, não está ruim. Está ótimo! O número negativo é bom. Por exemplo, o Rio de Janeiro está com R\$ 4 bilhões de resultado negativo. Por quê? Ano de Copa, investimento maciço financiado para estrutura da Copa do Mundo no Rio. Então, isso é ruim ou é bom? É bom. É investimento público realizado, estrutura pública que foi construída com recursos financiados e não com recursos próprios. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt] Essa é a diferença de resultados que às vezes confundem um pouquinho as pessoas; e a imprensa, sobretudo. Mas que os contadores dominam bem. (*Risos.*)

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - Em relação ao resultado nominal, também só explicando, o número negativo aqui, no caso, é muito bom, porque representa a diminuição, a meta de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Então foi estabelecida uma meta na LDO de R\$ 35 milhões de redução da Dívida Consolidada Líquida, e até o segundo quadrimestre alcançamos um resultado de R\$ 81,2 milhões.

Gastos com pessoal de todos os Poderes - a posição do segundo quadrimestre em 2014. O Executivo está no limite prudencial, de 47,2%; o Poder Judiciário está em 4,82%, não alcançou nenhum dos limites; o Ministério Público, 1,63%, também não os alcançou; e o Poder Legislativo, por conta do Tribunal de Contas, porque é um somatório da Assembleia e do Tribunal, está no limite de alerta, sendo que, separadamente, a Assembleia não está em nenhum dos limites e o Tribunal de Contas está no limite prudencial.

Aqui (*aponta para nova tabela*) é a posição do estoque da Dívida Consolidada Líquida. No segundo quadrimestre a Dívida Consolidada Líquida...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Só para que a gente também tenha uma dimensão responsável desses números, a Lei de Responsabilidade Fiscal limitou o gasto de pessoal da Assembleia e do Tribunal em 3%, divididos por uma média feita no ano de 2000. É isso?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - Nos três anos anteriores - 1997, 1998 e 1999.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Nos três anos anteriores a 2000, que na época significava 2.2% para a Assembleia e 0.80% para o Tribunal de Contas. Se você pegar uma média dos demais Estados brasileiros de como isso funciona, isso aqui não fica igual, cada Estado tem uma média diferente; ou seja, em alguns Estados o Tribunal de Contas tem uma média maior, chega a 1%, 1.2%, e a Assembleia acaba tendo uma média menor de limite de gastos.

Então este é um ponto de atenção que a gente talvez tenha que discutir: a redistribuição dos 3% entre as duas Casas. Porque não significa que uma está bem ou mal gerida, significa que uma está chegando muito facilmente ao limite e a outra não, que é o caso da Assembleia Legislativa, que está com grande folga, e o Tribunal de Contas, que está com aperto. Talvez a gente precise fazer um ajuste administrativo aqui - não precisa de lei, é uma questão de ajuste entre as Casas para a distribuição dos 3% fixados na Lei.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - Então, a Dívida Consolidada Líquida é o estoque de todos os contratos, principalmente de empréstimos que o Estado tem. No segundo quadrimestre, a gente fechou em R\$ 16 bilhões o total da Dívida Consolidada. E a Dívida Consolidada Líquida, que já é deduzida principalmente do dinheiro que a gente tem em caixa, da disponibilidade financeira, fechou em R\$ 6,7 bilhões; representou um percentual de 39% da nossa Receita Corrente Líquida, quando o limite é 200%.

A gente destaca também os pagamentos da dívida pública, que até o segundo quadrimestre deste ano foram R\$ 880 milhões, tendo uma redução em relação ao ano anterior porque no ano passado a gente teve a renegociação da dívida da Celesc - com recursos do BNDS. Então, no próximo slide, a gente tirou essa renegociação da dívida, e se fosse desconsiderado no ano passado a gente teria o desembolso de R\$ 828 milhões e neste ano de R\$ 880 milhões.

Aqui (*aponta para nova tabela*) a gente apresentou também, de forma detalhada, todos os contratos de empréstimos que o Estado tem. O maior passivo do Estado é a Lei 9.496, de 1997, com a União; o BNDS, o Programa Acelera Santa Catarina, que entrou no segundo quadrimestre do ano passado principalmente para fazer frente a esta renegociação da dívida da Celesc, desse R\$ 1,392 bilhão que entrou R\$ 979 foram para quitar essa dívida da Celesc. Na verdade, a posição no segundo quadrimestre é o saldo atualizado no estoque da dívida. Outras operações importantes que tivemos foram o Caminho de Desenvolvimento e o Caminhos da Produção Estratégica e Prevenção de Desastres, além do Pacto, que entrou R\$ 90 milhões no segundo quadrimestre de 2014.

Temos aqui (*aponta para gráfico*) uma apresentação, de forma gráfica, dos principais contratos de empréstimos do Estado. A Lei 9.496 é disparada a dívida mais alta que o Estado tem.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - E é nesta dívida que nós tivemos aquela grande vitória nacional que foi a mudança dos indexadores dessa dívida, que no estoque final reduz, com o novo indexador, em mais de R\$ 5 bilhões, R\$ 5.7 bilhões a redução que o Estado vai ter no conjunto da sua dívida projetada para 2028, que é o final desse prazo.

Agora o governo federal está dizendo que vai regulamentar por decreto - vai ter reunião do Confaz sexta-feira em que vai ser discutido isso. Nós teríamos já, nos termos da lei que foi aprovada, algo em torno de R\$ 250 milhões para compensar, para abater da dívida futura, porque a legislação, a mudança dos indexadores nos beneficia já a partir de janeiro do ano passado. Como os Estados poderão usar isso? Não são todos que têm esse direito, alguns; no nosso caso, nós temos esse direito. Vai ser uma negociação que será feita nos próximos dias, ou meses, com o governo federal.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - Também quero apresentar a situação do Estado perante os demais Estados da Federação. Como o Secretário já destacou, nós ocupamos a 14ª posição em relação aos Estados mais endividados. Garantias e Contragarantias. Eu já tinha destacado que este acréscimo que teve no segundo quadrimestre, comparado ao quadrimestre anterior, foi em relação aos contratos da Casan.

Operações de Crédito. Até o segundo quadrimestre a gente teve R\$ 832 milhões de recursos de operações de crédito, sujeitas ao limite de 16% da LRF, que entraram no caixa. Principalmente foram R\$ 570 milhões do Programa Acelera Santa Catarina.

Aplicação em Saúde. A gente já investiu, aplicou em saúde R\$ 1,21 bilhão até o segundo quadrimestre. Então, comparado à Receita Líquida de impostos que a gente teve nesse período, a gente já cumpriu 12,41%; portanto, a gente estaria cumprindo o limite constitucional de 12%. Em relação aos recursos aplicados, a gente teve um acréscimo de 18% em relação ao ano anterior.

Na educação, que a gente tem que aplicar 25% da Receita Líquida de impostos, a gente já aplicou no segundo quadrimestre 28,27%, o que chegou a uma aplicação total de R\$ 2,755 bilhões - 11% a mais do que o mesmo período do ano anterior.

Aqui eu vou deixar um gancho para o nosso Secretário apresentar a situação da Previdência do Estado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Acho que, complementarmente à apresentação feita pela Graziela, nós precisamos prestar atenção a dois grandes assuntos, que é a folha de pagamento e a Previdência de Santa Catarina. Então vou apresentar rapidamente algumas informações que acho devem chamar atenção da Assembleia, para que no futuro tenhamos uma pauta permanente e uma atenção permanente a respeito desses dois assuntos. [Taquígrafa-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Revisão final: Denise V. Silva] O primeiro deles diz respeito à folha e eu queria mostrar esse gráfico para vocês (*aponta para a imagem*). Ele mostra os últimos doze anos do comportamento da folha de Santa Catarina com relação à Receita Corrente Líquida.

Então, se vocês observarem ali (*aponta para a imagem*), ao longo dessa história toda nós já tivemos altos e baixos. Nós já tivemos momentos em que chegamos a ultrapassar o limite máximo, o limite legal, lá atrás; depois, tivemos um momento em 2007, 2008, em que a gente conseguiu trazer a folha num limite significativamente baixo, 37% mais ou menos - dois anos, três anos, mais ou menos, nessa média -, e a partir de 2010 nós tivemos um salto bastante significativo de quase 10% da Receita Corrente Líquida, o que, em números de hoje, são mais de 2 bilhões entre ter isso em caixa ou ter isso na folha.

Isso reflete o momento da história do Estado - e V.Exas. conhecem bem isso porque as legislações passam por aqui, são aprovadas por esta Casa -, um momento de valorização do servidor público catarinense. E sem distinção entre aposentados e ativos, ou seja, guardando respeito às paridades, aos direitos que são constitucionais, enfim. Mas isso é um ponto que preocupa bastante o Executivo, porque por mais que a arrecadação tenha batido recordes e nós tenhamos sido líderes nacionais em destaque de crescimento de arrecadação, a folha está se mantendo, nos últimos dois anos, lá em cima, nos 46%, 47%. Ela vai baixar de novo até mais ou menos agosto próximo, quando vai entrar de novo uma nova parcela da política de subsídio da segurança pública, e ela volta a subir até o final deste ano. No próximo ano, 2016, nós vamos ter alguns significativos impactos, também de legislações que já estão aprovadas, que se encerram lá em agosto de 2016.

Então nós vamos ter os próximos dois anos com a folha fluando, mais ou menos, e sempre dependendo da boa arrecadação, ali nos 47%, 46%, 45%, o que é uma folha cara, uma folha alta, porque ela não te dá nenhuma margem de manobra, de segurança. Por exemplo, se a arrecadação despencasse, se nós tivéssemos uma despesa no Estado? Essa é uma despesa corrente fixa, ela não tem como ser reduzida por decreto, por legislação. E mais, é uma despesa que continua crescendo, independente da ação do governo e desta Casa.

É por isso que eu costumo chamar a atenção dos sindicatos: a gente sempre tem que ter, ao lado das pretensões legítimas de aumentos salariais, o olhar para esses números porque esses são os limites. Isso significa ter ou não capacidade de honrar com as nossas obrigações, sobretudo com aquela que é a maior de todas: a folha de pagamento. No dia 28 passado, sexta-feira, Deputados, nós pagamos R\$ 780 milhões de folha de pagamento em Santa Catarina, na semana passada. Dia 15 próximo, o Governador acabou de anunciar hoje pela manhã, nós vamos pagar o 13º - serão mais R\$ 400 milhões, que é a segunda parcela -; e dia 23 próximo, ou seja, em pouco mais de vinte dias, nós vamos pagar mais R\$ 780 milhões, quase R\$ 800 milhões de folha de pagamento. Então, em menos de 30 dias são R\$ 2 bilhões de recursos do Tesouro, por direito dos nossos servidores catarinenses, dos nossos aposentados, enfim, alocados em seu favor - e mantendo um histórico bastante favorável de Santa Catarina, que é a regularidade

no pagamento e, mais, a antecipação das datas, que são lá no final do mês e a gente está conseguindo, ao longo de vários anos, trazer isso para antes do Natal, antes das festas. Mostra a capacidade do Estado de honrar com as suas obrigações, mas o ponto de atenção é o limite prudencial.

Neste próximo *slide*, - talvez esse seja um dos gráficos que mais me preocupa como Secretário da Fazenda, e eu o compartilho com os Deputados - é o da nossa estrutura previdenciária. Se os Deputados observarem, a gente fez um gráfico aqui de 2006 até 2013 - também tem uma parcial de 2014, mas vamos pegar esse período -, se nós observarmos que o Pacto por Santa Catarina é um conjunto de recursos oriundos de investimentos e de capacidade própria de geração de caixa para investimentos no volume aproximado de R\$ 9 bilhões, e se nós pegarmos a despesa previdenciária de 2006 até 2013, descontarmos ela da arrecadação do sistema que está na linha de baixo, nós temos um novo Pacto, que está no meio ali, que são R\$ 9 bilhões, que foram alocados pelo Tesouro na conta Insuficiência Financeira do Sistema Previdenciário.

A insuficiência financeira de 2013, por exemplo, o custo total previdenciário foi de R\$ 3,6 bilhões em 2013, e a arrecadação do sistema foi de 1,4. Então, a diferença entre um e outro, que está ali no ano 2013, foi de R\$ 2,2 bilhões. Esse é um ponto de muito destaque, de muita preocupação. E essa, de novo, é uma despesa corrente permanente e crescente. Se a gente não fizer nada, se os Estados não fizerem nada, se V.Exas. aqui não fizerem nada, não aprovarem nenhuma legislação, ainda assim a folha continua crescendo, porque nós temos, dentro da estrutura de legislação do Estado, inúmeros direitos que foram criados há muito tempo e que até, a meu juízo, são incompatíveis com a realidade não só do Estado, mas com a realidade hodierna de relação de trabalho - são aqueles direitos em que o tempo passa e você agrega um percentual, ou licenças, e assim por diante.

Eles não existem mais nos regimes atuais de relacionamento jurídico servidor público e Estado, isso está mudando. O governo federal já fez alguns deveres de casa, alguns Estados maiores, como Minas, São Paulo, enfim, pressionados por uma realidade financeira, também já fizeram algumas alterações, e eu acho que nós temos que começar a debater, com bastante tranquilidade, transparência e responsabilidade, com os nossos servidores, com a nossa sociedade, alguns ajustes. Porque eles não vão afetar esse governo que começa amanhã e termina daqui a quatro anos, eles vão afetar a história de Santa Catarina ao longo do seu tempo, o que daqui a um pouquinho pode levar à incapacidade de o Estado honrar com as maiores obrigações, que são folha e previdência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG - Só um esclarecimento. Nós aprovamos uma legislação não tão recente, mas recente se considerarmos essa questão previdenciária, de um novo regime para os servidores que entraram a partir de 2008. Isso tem o objetivo claro de equacionar esse problema aí. É claro que isso agora ainda está numa curva ascendente, mas vai chegar o momento em que vai ter uma curva descendente.

A minha pergunta é: em que tempo isso vai começar a ocorrer? Por quanto tempo ainda nós vamos ter que suportar essa curva ascendente de gastos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Secretário, eu só quero aproveitar a oportunidade para registrar e agradecer a presença do Deputado Estadual José Milton Scheffer, que representa, nesta Comissão, neste momento, oficialmente, o Deputado Estadual Valmir Comin, que está cumprindo outra agenda.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - O.k.

É uma boa pergunta, Deputado. A sua pergunta se responde neste gráfico aqui (*mostra o slide intitulado "Projeções de receitas e despesas previdenciárias [Fundo Financeiro]"*). Este gráfico aqui, esta foto feia, é uma imagem que mostra a absoluta incompatibilidade entre as despesas previdenciárias que eu mostrei há pouco e as receitas que estão lá embaixo. A linha vermelha é a despesa, então há uma distância gigante entre o que se arrecada e o que se investe em previdência - e, se a gente for verificar, o ápice dele vai chegar, mais ou menos, em 2034. Mas serão estratosféricas as diferenças entre a arrecadação e a arrecadação e as obrigações e as despesas. Como o Estado vai bancar isso no futuro? [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

Bom, a gente tem que olhar o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, por exemplo, que já está com R\$ 10 bilhões de insuficiência financeira por ano. Então, não sobra muito recurso, muita margem de manobra para atender a sociedade no que ela também reclama. E aí se coloca de um lado os servidores públicos com os seus direitos, e de outro lado a sociedade exigindo as utilidades sociais, os serviços, que às vezes não guardam o padrão de eficiência, de resposta, de rapidez que a população espera. E aí há um conflito.

Agora, quando o Deputado fala do que fizemos em 2008, fizemos em conjunto, esta Casa fez, os senhores Deputados que aqui se encontram fizeram, nós fizemos, o Executivo, os servidores, os sindicatos, os poderes todos reunidos fizeram esse novo modelo aqui, e as imagens se justificam por si só.

A linha vermelha (*aponta para a imagem*) está neste momento até 2037 abaixo da linha azul, ou seja, as Receitas hoje com mais ou menos dez, onze mil servidores nesse novo regime. Nós temos aqui (*aponta para a imagem*) a linha de Receita acima da linha de despesa até 2032, 2037, por ali.

Olhem que coisa interessante, a linha amarela (*aponta para a imagem*) é a poupança que já está sendo gerada nesse novo sistema. Então, se vocês pegarem aqui, se a gente for verificar o cruzamento lá em 2034, 2037, por aqui (*aponta para a imagem*), em que a despesa passa a ser maior do que a Receita, nós temos aquela linha amarela que é a poupança, que projeta o cruzamento entre as linhas lá em 2052. Ou seja, só lá em 2052, a números de agora, nós teríamos que colocar um centavo do Tesouro de Santa Catarina no sistema. O que mostra que foi uma grande ideia, um dever de casa muito bem feito e que será a salvação de Santa Catarina no futuro.

Por outro lado, é também importante notar que na medida em que vai ingressando novos servidores nesse regime, o cruzamento dessas linhas vão sendo jogados para frente. Então, foi uma coisa bem feita, boa parabéns a todos os Deputados, a todos os servidores que na época discutiram - vocês estão lembrados, não é? Foram dezenove audiências públicas, foi cansativo, foi duro, mas foi uma vitória de todos nós.

O problema é esse outro sistema. Como não teve poupança ao longo do tempo, não tem o que fazer. De onde sai o recurso para cobrir a insuficiência financeira? Do caixa do Tesouro. Na medida em que a insuficiência cresce, nós temos uma pressão sobre o caixa que está representada nos percentuais lá em cima (*aponta para a imagem*). Se V.Exas. observarem o percentual é crescente. Nós estamos em 2013 com 19,5% de comprometimento dos recursos do Tesouro com a insuficiência previdenciária. Então, isso significa na prática que a cada ano cresce a dependência do sistema previdenciário do Tesouro de Santa Catarina. Repito, se nós tivéssemos uma crise econômica forte que abalasse significativamente a economia brasileira e, portanto, a catarinense, nós talvez tivéssemos dificuldade de honrar os pagamentos.

Agora, uma comparação que deve chamar a atenção de todos nós - nunca no sentido negativo do exemplo que a gente dá, mas sim da importância que o assunto tem para que a gente possa debatê-lo no futuro - é pegar a projeção do déficit financeiro deste ano, que é R\$ 12,5 bilhões, e comparar com a execução orçamentária de educação, saúde e segurança.

Aqui (*aponta para a imagem*) a comparação está com 2013. Então, ao invés de R\$ 12,5 bilhões vamos pegar R\$ 2,2 bilhões de insuficiência do ano passado, para ficar uma comparação igual, e comparar com a execução de educação. Nós investimos R\$ 2,8 bilhões em educação no ano passado contra R\$ 2,2 bilhões de insuficiência financeira de previdência. A saúde foi R\$ 2,7 bilhões e a segurança pública foi R\$ 2,2 bilhões. O que nós estamos dizendo na prática? Nós estamos investindo quase a mesma coisa em insuficiência financeira de previdência do que a gente investe na totalidade de recursos em segurança ou em educação.

Quantas pessoas estão aqui nesses R\$ 2,2 bilhões de insuficiência? Algo em torno de sessenta mil pessoas. Ou seja, o sistema previdenciário, voltado para um grupo de servidores que tem direito, repito, isso não é favor, eles têm os seus direitos assegurados por legislações, por Constituição, mas a realidade entre a previdência e a sustentabilidade daquele sistema velho e a disponibilidade de caixa está cada dia mais difícil.

Então, Deputado Darci e Presidente, para encerrar rapidamente a nossa fala, imaginem a situação dos próximos anos com os recursos limitados para saúde, educação e segurança. Por exemplo, o debate permanente da exclusão dos inativos dos gastos com a educação. A gente vem tentando fazer isso todos os anos, mas na medida em que a gente tem gatilhos que disparam a folha com pisos nacionais nós não podemos virar as costas para um fato.

No entanto, o ano que vem nós vamos ter um crescimento de folha de educação de algo em torno, no mínimo, de R\$ 300 milhões. De novo, repito, é um direito fixado em lei, tem que ser cumprido. Só que isso se estende também aos inativos por regra de paridade. Então, de novo, aumenta a folha de ativos, aumenta a folha de inativos, e também é fato que a arrecadação e a despesa não crescem na mesma dimensão. A arrecadação cresce num período de 2006 até 2013 numa média de 13,3% contra uma despesa de 13,8%. Então, está descompassado, as curvas não se fecham. Cada vez, cada dia, cada ano a situação fica mais delicada.

Então, esses são os dois pontos que a gente precisa com muita inteligência e responsabilidade e com muito jeito debater com a sociedade nos próximos anos. Repito, sem preconceito, a sociedade catarinense está ficando mais velha, menos jovem, isso é bom, as matérias nacionais das últimas semanas mostram a qualidade de vida sendo ampliada em Santa Catarina, as expectativas de vida crescendo a cada ano. Já estamos batendo 80 anos de expectativa média de vida, o que é um número fantástico.

Então, são dois assuntos realmente de interesse que imagino que sejam desta Casa, do Executivo, para que a gente possa amadurecer logo à frente.

Nesta semana ainda ou na próxima semana, o Governador vai assinar um ofício convidando todos os Poderes de Santa Catarina, o Ministério Público e o Tribunal de Contas para participarem de novo na formação de um grupo para, junto com servidores, sindicatos e parlamentares, discutirmos esses assuntos previdenciários. Temos uma fórmula sobre o que fazer? Não, não temos. Temos que discutir, achar, olhar o que já foi feito em alguns outros lugares, discutir quais são as saídas, e de forma madura e responsável enfrentar esse problema de novo, como fizemos em 2007 e 2008, quando fizemos uma bela fotografia.

Então, vamos novamente fazer esse exercício que eu acho que vai fazer bem para as finanças do Estado. Mas mais do que para as finanças, para a sociedade catarinense que precisa sempre ser, em última análise, bem atendida pelo esforço de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Nós deixamos a palavra aberta aos Deputados.

Neste momento, passo a palavra à Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentá-los, Secretário e também a nossa apresentadora, Presidente, todos os Deputados e os que acompanham esta reunião. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza]

A primeira dúvida é com relação à Udesc. Qual o percentual aplicado no segundo quadrimestre de 2014? Em segundo lugar, tanto o Fundeb, ou melhor dizendo a educação, quanto a saúde, nós tivemos um aumento de investimentos, mas uma redução de percentual. É isso?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - Se comparado com o quadrimestre anterior?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Quando a gente fala de recurso próprio, a gente sempre vai ter, por força da folha de pagamento lá em cima, nos 47%, nós vamos ter sempre uma alocação de recurso maior em serviço, maior em estrutura de pessoas, em salários, e menor em investimentos.

Os investimentos momentaneamente estão sendo cobertos e são maiores do que foram na média histórica por conta do Pacto e dos recursos financiados. O que, repito, no momento de Brasil com a economia bastante letárgica é bom porque você ajuda a fazer o País andar para frente. Então, o Pacto é uma boa resposta para a economia de Santa Catarina.

Nós temos, portanto, quando olhamos o número de recursos próprios, a gente tem mais alocação em recursos humanos e menos em investimento; mas quando olhamos o conjunto de investimentos do Estado, temos mais investimentos do que sempre tivemos e valorização profissional dos servidores. Então, os números são positivos, são bons.

A pergunta da Deputada, se eu compreendi...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - Em relação à Udesc, constitucionalmente foi aplicado...

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - A Udesc recebe uma parte da nossa arrecadação, que é a participação na Receita Líquida Disponível, e os recursos que ela aplica são considerados dentro do limite de 25%. Então, esse limite que a gente está apresentando aqui engloba toda aplicação em educação, tanto efetuado pela Secretaria da Educação, nas estruturas...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - A Udesc está nesse percentual?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM - Está aqui.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Mas é por duodécimo. Ela tem o percentual dela, na medida em que é apurada mensalmente a Receita Corrente Líquida, ela recebe com o crescimento da arrecadação os seus recursos que são do seu direito. Eles são geridos diretamente pela universidade.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - O.k. Em relação a essa questão previdenciária, que é uma preocupação, não é? Dois mil e trinta e quatro, é isso?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - No Fundo Previdenciário, no novo fundo. O fundo que nós criamos em 2008?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - Em 2008. Mas a minha pergunta é: se nós já temos o Tribunal de Contas, que já ultrapassou, já está em 0,77, não é? O Ministério Público, o Poder Judiciário, a Assembleia, dentro dessa discussão, é possível - claro que é uma pergunta bastante complexa, talvez não seja possível respondê-la - mas qual é a medida possível na redução desses percentuais para ajudar a resolver a questão previdenciária?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Os Deputados conhecem bem que os Poderes têm autonomia constitucionais e têm percentuais constitucionais fixados por legislações desta Casa.

Alguns Estados têm encontrado algumas saídas bem interessantes, vou dar um exemplo: Nós projetamos um crescimento da arrecadação para 2014, e V. Exas. aprovaram no ano passado, no Orçamento, um crescimento de 9,7%, se não me engano, da arrecadação tributária catarinense. Nós estamos batendo hoje, vamos bater até dezembro, algo em torno de 12% ou 13%. Vamos ver como é que vai ficar dezembro. Ou seja, nós estamos arrecadando mais do que nos propusemos no Orçamento.

Então, eu fico imaginando que na medida em que esta Casa e os demais Poderes trabalharam com o orçamento ajustado, essa sobra entre o orçamento e a efetiva arrecadação - a gente não está falando em mexer no percentual de ninguém - essa sobra de arrecadação, ou melhor, essa arrecadação a maior do que a prevista no Orçamento, poderia ficar disponível para o Executivo cumprir suas obrigações que cada um dos órgãos, cada um dos entes estatais têm a sua competência, mas as maiores são do Executivo e as maiores carências são do Executivo.

Portanto, a gente poderia alocar sobras em previdência, que daí ajudaria todos nós a resolver um pouco desses problemas, mas é

uma matéria delicada por conta da autonomia. Não tem como o Executivo pretender reduzir o recurso de algum outro ente já que cada um deles também têm o seu planejamento

Por isso que eu usei o exemplo do Orçamento. Se a gente faz o Orçamento e aprova em lei todo o ano, e se por um esforço gigantesco - e aqui é bom destacar - um esforço gigantesco de arrecadação, num ano de eleição, o que não é comum, Deputado, a Fazenda vai bater dezembro com mais de 100 operações fiscais, operações massivas. Num ano de eleição, em que normalmente as pessoas criticam as operações, o Estado não tirou o pé do acelerador em cima das operações fiscais. Para comparar, este ano foram mais de 100 e no ano passado foram 77; no ano de 2012, 30 e poucos. Então, o Estado vem combatendo junto com o Ministério Público, com a Procuradoria-Geral do Estado de forma muito efetiva a sonegação.

Hoje, nós estamos com um nível bem bacana que é 96% de adimplimento. Isso significa que está funcionando o sistema de monitoramento, o sistema de combate à sonegação, está funcionando bem. A gente está com apenas 4% de inadimplimento. É o melhor índice que a gente já atingiu na história. Então isso significa que a gente está conseguindo pagar as nossas contas com base nesse esforço todo.

De outro lado, a própria economia catarinense, diferente da brasileira, tem se destacado. E o conjunto dessas duas iniciativas, dessas duas ações, nos dão esse resultado que são acima do orçado.

O orçamento que veio para esta Casa, neste ano - valendo para o ano que vem - também a gente pôs uma média de 9,5% para 10% do crescimento da arrecadação, fixamos como meta e depois criamos a supermeta em cima dela, que é para chegar a 16%, e imaginamos que no ano que vem teremos uma sobra, uma arrecadação maior do que o orçado.

Então, notem, nós não desajustaríamos ninguém, não entraríamos na casa de ninguém e diríamos que teriam que reduzir o planejamento, não! O planejamento está feito com base no Orçamento, então seria uma ideia a ser discutida.

Agora, é óbvio, Deputada, é complicado, não é fácil.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - Uma última pergunta, justamente sobre essa questão da Receita prevista para 2015, considerando folha, pagamentos, previdência, nós temos uma margem de investimentos de 6% a 7%?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Neste ano, Deputada, nós vamos chegar a R\$ 2,5 bilhões de investimentos. Vai ser o maior investimento disparado da história de Santa Catarina, em um ano. E no ano que vem, de novo, fruto de recursos financiados, esse volume vai ser superior ao realizado neste ano. Então os indicadores percentuais vão ser sempre superiores nos próximos anos, com referência aos passados.

O que é uma coisa muito boa, não é? Nesse momento em que a economia fica sofrendo efeitos externos e outros efeitos, os Estados que conseguem realizar investimentos disparam e aquecem a economia local. É isso gira a máquina, faz a arrecadação pública, e a gente passa por um momento mais difícil sem grandes turbulências.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - Então, este ano 2,5 e ano que vem maior? Mas considerando os financiamentos todos. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Só para comparar, Deputada, no ano passado, nós tivemos R\$ 1,1 bilhão de investimentos para R\$ 2,5 bilhões agora. Então, mais do que o dobro de investimentos. E, no próximo ano, vamos ter algo em torno de R\$ 3,5 bilhões de investimentos. É uma demonstração muito boa do aceleramento do Pacto por Santa Catarina que vai, repito, incentivar os empresários catarinenses a também investirem. Acho que uma das coisas boas do Estado de Santa Catarina, diferente dos demais Estados brasileiros, é que aqui a gente consegue, juntamente com as entidades empresariais, mostrar que o Estado não precisa ficar preocupado com crise, porque se todo mundo resolver parar, a coisa para de verdade. Então, os empresários estão respondendo, os níveis de investimentos privados são bem elevados e superiores à média nacional. Isso significa que a economia do Estado acaba tendo um crescimento superior à média nacional, e aliados aos esforços fiscais, a gente acaba tendo um Estado com capacidade de gerenciamento próprio, com finanças próprias, com arrecadação própria, melhores do que os demais Estados brasileiros.

Se vocês lembrarem da apresentação que a Graziela fez, o ICMS significa 78% da arrecadação própria. A gente tem praticamente 92% de arrecadação própria com os demais tributos. Isso significa uma independência muito grande do governo federal em termos de financiamento das nossas despesas. Em outros Estados do Brasil, os limites são exatamente o contrário: 90% de dependência do governo federal. É por isso que quando se discute lá no Confaz, em reuniões nacionais, a distribuição, a repartição de recursos, os Estados mais dependentes, mais pobres do País acabam se agarrando com toda a força sobre essas receitas, e nós não conseguimos nunca avançar sobre elas, em que pese todos nós catarinenses achemos que temos mais direitos do que são realizados. Mas essa é uma briga de necessidades. Também não dá para virar as costas para Estados que são bem calamitosos, com finanças bastante dependentes e que são brasileiros como nós. É preciso que respeitar a distribuição dos recursos públicos conforme a necessidade de cada região.

Permitam-me por um segundo falar a respeito. Eu fiz uma apresentação no Confaz há uns dois ou três meses e lá eu lançava um desafio aos colegas da Secretaria de Estado da Fazenda sobre

empreendedorismo, sobre a capacidade se virar na crise, enfim, característica muito presente aqui em Santa Catarina, e um Secretário de Estado da Fazenda lá do norte virou para mim e disse: "Secretário, a vocação do povo no meu Estado é ser pobre, não é ser empreendedor." Então, para caracterizar bem a diferença da nossa realidade catarinense com a realidade daquele Estado - não vou dar o nome dele -, a nossa vocação aqui é ser empreendedor, o nosso povo se vira, o nosso povo trabalha; não é melhor, mas as oportunidades é que são melhores, o nível de educação aqui é melhor; portanto, o nível de desempenho é melhor. Nesse conjunto, o Estado tem que ajudar a financiar aquela realidade. Então, por mais que a gente deseje invadir mais aquelas Receitas que são compartilhadas entre Estados, também tem que respeitar essas realidades de necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Com a palavra o Deputado Estadual Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o Presidente e demais Deputados.

Quero parabenizar o Secretário Gavazzoni pela sua competência, pelo seu trabalho, fazendo com que o Estado de Santa Catarina, em termos de finanças, esteja apto, não só a investir mais - como o senhor aqui citou que teremos dois anos de grandes investimentos aqui no Estado. Isso mostra uma visão de futuro e dentro da visão de futuro explanada por V.Sª, nós temos R\$ 5 bilhões de diminuição das nossas dívidas. Isso nos deixa cada vez mais esperançosos para termos, sim, dias melhores para o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Com a palavra Deputado Estadual José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER - *(Cumprimento o senhor Presidente e demais componentes da mesa.)* Cumprimento especialmente o senhor Secretário Antônio Gavazzoni e sua equipe pela forma como vem cuidando das finanças do Estado.

Nós sabemos que é uma situação bastante delicada. O Brasil vive um momento de reflexão, principalmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal e hoje, aqui, vocês trazem um bom exemplo. Orgulha-nos enquanto catarinense e Deputado Estadual saber que o governo do Estado está cumprindo uma legislação que para mim, como ex-Prefeito, é referência em termos de administração pública, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu o cumprimento por isso, pois tenho acompanhado o esforço de toda a sua equipe no sentido da arrecadação. A gente vê a arrecadação crescer acima de 10% ao ano e é isso que tem mantido. Ao mesmo tempo, nos preocupa o crescimento da folha de pagamento a 47%, pois é um compromisso bastante alto e num momento em que a economia possa ter algum problema podemos passar a ter problemas aqui no Estado.

Outra questão na área de pessoal que nos preocupa muito são instituições como o Deinfra e a Secretaria de Estado da Agricultura que estão com seus quadros de pessoal praticamente inexistentes. Isso nos preocupa frente a outras Secretarias que tiveram, nos últimos quatro anos, uma política de recursos humanos bastante agressiva e positiva em termos de valorização. A Secretaria de Estado da Agricultura chega ao ponto de ter hoje menos de dez funcionários efetivos naquele quadro. E é um setor que dita a política agrícola do Estado, que é responsável por boa parte da arrecadação que nós vimos aqui do Agronegócio, da pesquisa agropecuária e outros.

Então, eu queria lhe passar essa preocupação, da mesma forma com o Deinfra que tem dificuldade hoje de manutenção de rodovias, de acompanhamento de obras. Nós temos aqui, na própria Capital, a questão da Ponte Hercílio Luz, que é fruto da falta de estrutura do Deinfra de acompanhá-la como tantas outras por falta de uma política de recursos humanos nesses órgãos que, ao longo dos anos, tem deixado o Estado refém de empresas terceirizadas, contratadas, que nem sempre prestam serviços de qualidade.

No mais, nós temos visto o Estado na área da segurança, da educação, cumprir, fazer um grande esforço no sentido de valorização dos funcionários. Eu quero aqui apenas lhe cumprimentar por isso e dizer da nossa preocupação com a questão da Previdência.

Eu acompanho a situação do Estado do Rio Grande do Sul que se encontra com grandes dificuldades nos últimos dez anos em função do quadro de pessoal. E nós não conseguimos mexer na nossa legislação. Vimos ainda os pensionistas e uma série de agregados nas folhas que hoje não condizem mais com a realidade do País. Então, realmente, é preciso ter uma força-tarefa e um estudo muito grande. Eu acho que essa mudança feita na questão do fundo previdenciário foi positiva, mas dá para crescer mais até porque ali na frente podemos ter um embate muito grande que pode prejudicar o Estado.

Eu só tenho uma pergunta: com as receitas próprias...

Antes eu quero lhe cumprimentar pelo bom exemplo de Santa Catarina na questão do cumprimento da Lei de Responsabilidade. *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini]*

Na questão de investimentos com recursos próprios, o que nós vamos ter em 2015? Das Receitas Correntes próprias do Estado, o que será possível fazer investimentos?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) - Com recursos próprios, eu imagino que em torno de R\$ 1 bilhão, que é a média histórica que temos conseguido manter com capacidade própria - R\$ 800 milhões, R\$ 900 milhões -, vem crescendo. Mas a grande alavancagem de investimento, neste momento, é financiada, sobretudo quando se tem o percentual da folha lá em cima que, eu repito, vai cair. Ele vai se reduzir ao longo dos próximos anos.

O objetivo do governo, que já quero deixar claro para os Deputados, é ao longo dos próximos quatro anos trazer à folha algo em torno de 40%. Eu reputo a folha em 40% relativamente boa para o servidor público, mantendo sempre um padrão de valorização, e ao mesmo tempo numa margem de absoluta segurança, dando um pouquinho mais de disposição de recursos próprios para investimento, que é o que a sociedade sempre reclama.

Agora os Deputados também vão lembrar bem do momento que a gente vive - aqui estamos na presença de servidores públicos, de colegas e o nosso relacionamento é sempre muito urbano, muito correto, muito adequado entre todos, sindicatos, enfim -, mas há uma pressão permanente por aumento salarial. Você nem acaba de conceder um e já tem reuniões. Amanhã eu já tenho reunião com os sindicatos de um dos sistemas mais delicados de Santa Catarina, que é o penitenciário. Para discutir salário? Não, para discutir a política salarial deles que já vem sendo discutida há dois anos. E se você perder o foco da conversa daqui a pouquinho vira greve e aí você resolve a greve da forma tradicional: sendo irresponsável. É por isso que a gente precisa chamar a atenção de todos. Quando os números se apresentam desse modo, todos têm que ter um pouquinho de serenidade.

Nós conhecemos as lutas dos últimos anos. A gente sempre diz que são lutas legítimas, mas que colocam as finanças do Estado, dos Estados brasileiros, dos Municípios em situação delicadas. Você resolve a greve concedendo aumentos que, às vezes, você não consegue pagar. Isso acontece muito nos Municípios. Se pararmos para lembrar, neste ano corrente, nos dez grandes Municípios de Santa Catarina todos tiveram greves bastante pesadas. Então, até que ponto a sociedade está madura o suficiente para perceber que ela precisa participar do debate a respeito de uma greve que, às vezes, pode levar o próprio ente a não conseguir lhe responder com os serviços que a sociedade espera. E, aí, depois, não adianta reclamar, depois que foi concedido, repito, a arrecadação pública - essa é uma lição que qualquer agente político precisa ter em mente - é uma só, a arrecadação pública é cíclica. Ela está em cima, ela está em baixo; ora ela é boa ora ela é ruim, porque ela depende de fatores que são externos, que é a economia, são outros países, é o mercado e tal.

As despesas correntes, não! Elas são crescentes e permanentes, é sempre acima. E estou falando de salário, de previdência que são despesas elevadas e que são sempre crescentes. Elas não são cíclicas. Então, se você tem um modelo de financiamento que é cíclico que pode estar em baixa, e um modelo de despesa corrente que é crescente e permanente, um dia, se não tivermos uma margem de segurança que se persegue (o Estado é responsável, está em situação melhor do que os demais, a gente vive um momento em que os próximos anos deverão ser melhores em termos econômicos e, portanto), vamos colher isso. Quanto mais nos destacarmos economicamente mais reduziremos - por mais alta que seja a despesa -, a importância delas dentro da nossa arrecadação. A gente consegue trazer para limites melhores. E esses limites melhores são a grande segurança adimplementos.

No ano que vem, eu sei que quando forem julgadas as contas do Governo, vamos ter o debate eterno dos 25% da Educação. Tira inativo, põe inativo; quanto de inativo é considerado, quanto não é considerado. Repito: se a gente tiver... a gente tem o gatilho do piso nacional e não podemos virar as costas para isso, porque é uma política de valorização. Depois você tem o gatilho decorrente das negociações, que é aplicação de algum percentual dentro da estrutura toda, então, no mínimo, mas no mínimo, R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões o crescimento da folha líquida.

A arrecadação própria para a Educação cresce nesse tamanho? Possivelmente não! Então como é que você...? A previdência cresce... Todo ano a dependência da previdência é maior sobre o Tesouro. De onde tirar recursos para substituir inativos no grau 100%? A gente está chegando a 60%. É difícil! Então tem que ter um pouquinho de maturidade porque não é só tirar o número daqui e pôr ali. Não é assim, se fosse assim qualquer um faria. Qualquer conta pública se fecharia por mágica, mas não é. Nós trabalhamos com fatores reais de poder que são os fatos que acontecem no dia a dia e que influenciam, no caso da arrecadação pública, das despesas públicas, o fechamento das contas.

Nós estamos bem, mas para continuarmos bem nós precisamos destacadamente enfrentar esses problemas que todos já sabemos quais são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Darci de Matos) - Eu quero encerrar justificando a ausência do Presidente Gilmar Knaesel que fez uma cirurgia ontem, mas possivelmente na semana que vem ele estará aqui.

E quero, Secretário Gavazzoni, a exemplo do que foi dito pelos demais Deputados, enaltecer e elogiar a sua atuação, bem como a da sua equipe diante da Secretaria da Fazenda. Isso é fato, pelos dados que foram apresentados, não é Deputada Luciane Carminatti, mostrando um Estado que cumpre com a Lei de Responsabilidade Fiscal, um Estado que investiu este ano R\$ 2 bilhões, e no ano que vem vai investir aproximadamente R\$ 3 bilhões, e que está com as contas em dia. Isso se reflete nas eleições, a exemplo do Rio Grande do Sul, Deputado José Milton, que há 20 anos não reelege um Governador. É por que eles são ruins? Não. É porque o Estado está com dificuldade financeira. Em

Santa Catarina tivemos dois governadores reeleitos. Isso é fruto de um trabalho, de uma gestão inteligente, empreendedora, séria, honesta, transparente, de uma posição racional, que nós temos na Assembleia Legislativa, pró-ativa.

Eu quero aqui deixar uma sugestão, Secretário Gavazzoni, já que V.Sª é um dos Secretários mais importantes do governo João Raimundo Colombo. Nós tivemos o Fundam, no ano passado, que foi excepcional porque repassou recursos a fundo perdido para os Municípios e a nossa preocupação é com os Municípios que estão praticamente falidos por conta de uma concentração de arrecadação em Brasília. Então, a minha sugestão é se nós pudéssemos, no ano que vem, mantermos o Fundam, alocar recursos para o Fundam e continuarmos repassando recursos, independente de bandeira política, para todos os Municípios de Santa Catarina. Esse é um programa muito importante que a gente sentiu que teve uma excepcional repercussão no nosso Estado.

Então, sendo assim, eu agradeço a presença dos representantes da Secretaria da Fazenda, do Secretário Antônio Gavazzoni, dos Deputados e em nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a nossa audiência pública. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS
PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 203/2014

REFERENTE: 9º Termo Aditivo de 17/12/2014, referente ao Contrato CL nº 040/2009-00 celebrado em 17/12/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: VH Informática Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato para o período compreendido entre 18/12/2014 e 17/06/2015 (Serviços de Manutenção preventiva e corretiva do código fonte da Integração do Sistema de Gerenciamento de Documentos com Sistemas Administrativos de Recursos Humanos, Sistema de Licitações, Contratos e Pregão Presencial e o Sistema de Acompanhamento de Compras, incluindo a manutenção da Certificação digital e Serviços de Manutenção preventiva e corretiva do código fonte do Sistema para Emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de manutenção preventiva e corretiva do código fonte e, quando necessário, atualização da documentação técnica da Integração com os Sistemas legados referentes à Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

VALOR: R\$ 108.907,95/mês

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II e § 4º da Lei nº 8.666/93; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original e Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 18 de dezembro de 2014

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em exercício da ALESC

Valdir Antônio Haubert- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 218/2014

REFERENTE: Apostilamento de 28/10/2014, no Contrato CL nº 126/2013-00, celebrado em 03/12/2013.

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATADA: BEE2B INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade ajustar (corrigir) a data de vencimento do contrato nº 126/2013-00, originário do pregão nº 034/2013, que por erro de secretaria foi digitada a data de 31/12/2013 como se fosse o vencimento final do contrato quando o correto seria 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, I, da Lei 8.666/93 e autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 28 de outubro de 2014

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Leandro Heitor Becker - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 001/2015

REFERENTE: Inexigibilidade nº 001/2015 celebrado em 07/01/2015

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FORNECEDORES DIVERSOS

OBJETO: Aquisição de Assinaturas de periódicos tais como revistas, jornais, encartes, informativos, publicações no Diário Oficial e Jornais e boletins impressos ou eletrônicos, incluindo as assinaturas anuais da Zênite e da NDJ, que serão adquiridos no decorrer do ano de 2015 para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

PERÍODO: 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2015.

VALOR MÉDIO: R\$ 500.000,00 para gastos no ano de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, Prejulgado nº 1124 do

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e processo licitatório LIC nº 169/2013-LIC.

ESPECIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS: Ação:1144 - Manutenção e Serviços Administrativos Gerais. Elemento: 3.3.90.39.00. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Subelemento: 3.3.90.39.01 (Assinatura de Periódicos e Anuidades).

Florianópolis/SC, 07 de janeiro de 2015

Romildo Titon - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 002/2015

REFERENTE: Contrato nº 001/2015 celebrado em 07/01/2015

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FORNECEDORES DIVERSOS

OBJETO: Aquisição de Assinaturas de periódicos tais como revistas, jornais, encartes, informativos, publicações no Diário Oficial e Jornais e boletins impressos ou eletrônicos, incluindo as assinaturas anuais da Zênite e da NDJ, que serão adquiridos no decorrer do ano de 2015 para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

PERÍODO: 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2015.

VALOR MÉDIO: R\$ 500.000,00 para gastos no ano de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, Prejulgado nº 1124 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, processo licitatório LIC nº 169/2013-LIC e Inexigibilidade 001/2015.

ESPECIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS: Ação:1144 - Manutenção e Serviços Administrativos Gerais. Elemento: 3.3.90.39.00. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Subelemento: 3.3.90.39.01 (Assinatura de Periódicos e Anuidades).

Florianópolis/SC, 07 de janeiro de 2015

Romildo Titon - Presidente da ALESC

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 022, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAM**, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (MD - Gabinete da Presidência).

MD - Gabinete da Presidência

Nome	Matrícula	Código
TATIANA ALBANI CARVALHO HULBERT	2924	PL/GAM-69
ANGELA MARIA GARIBOTTI	3652	PL/GAM-70
ALBA LUCIA FONTES PIAZZA	4210	PL/GAM-64
GABRIELLA DA SILVA ROSA PEREIRA	6284	PL/GAM-76
ADAIR BORGES	6502	PL/GAM-66
CESAR AUGUSTO PEREIRA OLIVEIRA	6622	PL/GAM-70
MARIA AMÁLIA FIABANE	6992	PL/GAM-69

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 023, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAM**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (MD - 1ª Vice-Presidência).

MD - 1ª Vice-Presidência

Nome	Matrícula	Código
CAMILA DA COSTA CANTO ANSELMO	7354	PL/GAM-75
MARIA LÍDIA FELIPPE	7620	PL/GAM-66
LUIZ CARLOS ZEN	9226	PL/GAM-01

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 024, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAM**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (MD - 2ª Secretaria).

MD - 2ª Secretaria

Nome	Matrícula	Código
MIRIAM STORI BARBISAN	4658	PL/GAM-81
ARNALDO LEANDRO JAGER SOBRINHO	7612	PL/GAM-38

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 025, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAM**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (MD - 3ª Secretaria).

MD - 3ª Secretaria

Nome	Matrícula	Código
PAULO JOEL BERNHARDT	3116	PL/GAM-78
THIAGO MACHADO	7247	PL/GAM-55

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 026, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAM**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (MD - 4ª Secretaria).

MD - 4ª Secretaria

Nome	Matrícula	Código
RALFINO SCHAEFER	7271	PL/GAM-74
DJALMA MORELL	7484	PL/GAM-60
MILTON ALOISIO PHILIPPI	7532	PL/GAM-26

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 027, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário do Colegiado de Bancada, código PL/**GAS** do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (DL - Colegiado de Bancadas).

DL - Colegiado de Bancadas

Nome	Matrícula	Código
MAIRA CAROLINA ABREU BERTEMES	6758	PL/GAS-74
MOACIR CARDOSO PEREIRA	5549	PL/GAS-71
MARIA FERNANDA MORETTI	4704	PL/GAS-57
JULIA DA SILVA MILIS SYRACUSE	4176	PL/GAS-75
NERI ANTONIO DEMETRIO	3126	PL/GAS-74
IDELVINO LUIZ FURLANETTO	2551	PL/GAS-72
MARIA IVONETE LESSA	2794	PL/GAS-72
VIVIANE APARECIDA RACHACOSKI	4142	PL/GAS-71

JULIA MARIANA PISANI DA SILVA	7659	PL/GAS-69
CASSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA	3266	PL/GAS-86

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 028, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAB**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Adilor Guglielmi).

Gab Dep Adilor Guglielmi

Nome	Matrícula	Código
SOLANGE AUREA ROSSO	3476	PL/GAB-84
CLAUDIA ARNS	5313	PL/GAB-47
WLADimir WANDERLEI DE FREITAS	5656	PL/GAB-59
CLAUDINO MILAK	5694	PL/GAB-60
FERNANDO HENRIQUE DE BONA SANTIAGO	6643	PL/GAB-37
ANTENOR FERREIRA D'AVILA	6639	PL/GAB-45
BRUNO DAL PONT	6641	PL/GAB-42
TATIANA SILVEIRA DOS SANTOS PREDEBON	6648	PL/GAB-51
GORETE MENDES CORREA BOAROLI	6644	PL/GAB-43
INES VIERO LOCATELLI	6645	PL/GAB-44
ELIAS BRANGEL DE ALMEIDA	6642	PL/GAB-47
VERA REGINA ROGOSKI FLORES	6750	PL/GAB-66
SILVIO ANTONIO PASQUINI FERRO	6675	PL/GAB-47
LAURO COAN FILHO	6749	PL/GAB-84
EDNIR ROSANE MATTOS	6751	PL/GAB-56
NUBIA SIMARA MEDEIROS DA SILVA	6757	PL/GAB-55
LINO ZILLI	6807	PL/GAB-67
RODRIGO CARDOSO JACQUES	7352	PL/GAB-45
ADÃO SÉRGIO DA SILVA	7461	PL/GAB-45
JÚLIA BECKER	7501	PL/GAB-45
RITA DE CÁSSIA VIANA TEIXEIRA	7524	PL/GAB-55
ANA MARIA RAMOS MELLER	7606	PL/GAB-43

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 029, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAB**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Angela Albino).

Gab Dep Angela Albino

Nome	Matrícula	Código
FERNANDO COELHO CORREIA	5679	PL/GAB-65
ALCENIRA VANDERLINDE	6587	PL/GAB-69
JUNIOR ROBISON DA SILVA	6586	PL/GAB-80
FLAVIO DE SOUZA DA SILVA	6599	PL/GAB-68
LUCAS SILVEIRA CASAGRANDE	6653	PL/GAB-44
JOAO LUIZ DE OLIVEIRA	6600	PL/GAB-51
DIVO GUISONI	6601	PL/GAB-73
SERGIO ROBERTO SCHEFFER	6708	PL/GAB-49
JANETE ELY	6705	PL/GAB-73
ALEXANDRE CESAR FONTANELLA	6771	PL/GAB-53
CRISTIANE GOUVEIA MARTINS	7125	PL/GAB-36
RAFAEL DA CUNHA	7285	PL/GAB-64
ODILSON VICENTE DE LIMA	7497	PL/GAB-59

VANDERSON APARECIDO RODERMEL CHAGAS	7513	PL/GAB-70
ANDERSON LUIZ COSTA E SOUZA	7543	PL/GAB-23
JOSEMAR SEHNEM	7535	PL/GAB-69
MARCIO LUEDERS	7545	PL/GAB-44
LUCAS SULZBACHER LACERDA	7585	PL/GAB-36
LEANDRO GAMBETA	7623	PL/GAB-44
GESSIKA FERNANDA LAUTERTE	7627	PL/GAB-31
REBECA LUDMILA DA SILVA	7708	PL/GAB-49

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 030, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAB**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Altair Guidi).

Gab Dep Altair Guidi

Nome	Matrícula	Código
ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	3503	PL/GAB-79
ITAMAR OLOYDE DA SILVA	3720	PL/GAB-62
VALTER JOSE DE ANDRADE	3721	PL/GAB-74
BRAZ LOURIVALDO BONY	4012	PL/GAB-68
LUCIANO PORTO	4059	PL/GAB-79
TERESINHA BORSATO SERAFIM	4477	PL/GAB-68
LUIZ CARLOS MENDES	5715	PL/GAB-74
ANA PAULA LUCYK	5950	PL/GAB-49
EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	6020	PL/GAB-50
MARILU BERETA CARDOSO	6090	PL/GAB-41
JEFFERSON LUIZ FERNANDES	6121	PL/GAB-37
ELCIO VICENTIN	6260	PL/GAB-40
ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	6554	PL/GAB-23
SILVIA MENDES	6553	PL/GAB-49
MARIA JOSEFINA GAVA	6557	PL/GAB-65
JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	6735	PL/GAB-45
SERGIO SACHET	6744	PL/GAB-64
PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	6910	PL/GAB-22
FLÁVIO DA SILVA ALVES	7338	PL/GAB-53
ALINE DE SOUZA PAULINO	7658	PL/GAB-33
MARIA DE LOURDES NASPOLINI	7712	PL/GAB-22
FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO DE AGUIAR	7710	PL/GAB-22

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 031, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAB**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Gab Dep Jorge Teixeira

Nome	Matrícula	Código
ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR	3252	PL/GAB-98
VANILDA PORTO MACHADO	3562	PL/GAB-59
LORENE BASTOS FLORES	5168	PL/GAB-79
JOHN MARTINS VIANNA	5640	PL/GAB-79
LISIANI DEBUS DE MATIAS NAHAS	6479	PL/GAB-41
CAMILA MORTARI	6578	PL/GAB-22
RICARDO PINHEIRO	7151	PL/GAB-100

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA	7193	PL/GAB-63
SINAURI MAURO XAVIER	7194	PL/GAB-43
NABOR JOSE SCHMITZ	7218	PL/GAB-62
DOUCEL FRANCISCO DA SILVA	7387	PL/GAB-22
TANIA MARA DO NASCIMENTO	7691	PL/GAB-55

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 032, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAB**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Gab Dep Gilmar Knaesel

Nome	Matrícula	Código
MARIANGELA BRESOLA DE ALENCASTRO	2710	PL/GAB-63
ROGER LUIZ SIEWERDT	2756	PL/GAB-83
LUCIANO BERRI JUNIOR	3533	PL/GAB-53
ARNALDO SANTANA FILHO	3676	PL/GAB-39
VALQUIRIA SILVA VAZ	3824	PL/GAB-54
CLAUDIA BRESSAN DA SILVA	3850	PL/GAB-57
CASSANDRO BAPTISTA CANDIDO	3950	PL/GAB-72
MARIA CRISTINA COSTA CORREA	4444	PL/GAB-43
DANILO INACIO ADAM	4530	PL/GAB-80
ROSELI EUCLIDES COSTA BISONE	5242	PL/GAB-24
OLIMPIO MALLMANN	5636	PL/GAB-65
LUCAS ANDRÉ FERRARI	6414	PL/GAB-45
GRAZIELLA RIBEIRO MYLLA	6532	PL/GAB-45
FABIANA CRISTINA BONA SOUSA	6537	PL/GAB-64
JOEL TOLEDO DOS SANTOS JUNIOR	6649	PL/GAB-46
ANTONIO PLOTTEGHER	6785	PL/GAB-45
ALINE DAMÁZIO NEVES	7000	PL/GAB-57
IZAC VALDENIR DE MELO	7122	PL/GAB-21
CRISTINA MAFRA BRISTOT SAN THIAGO	7128	PL/GAB-31
NATHALIA KAROLINE DOS SANTOS DINIZ	7239	PL/GAB-45
ARLINDO EWALD	7256	PL/GAB-70
YOMARA JULITA RIBEIRO	7481	PL/GAB-45

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 033, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/**GAB**, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Gab Dep Jailson Lima da Silva

Nome	Matrícula	Código
MAICOM KAMMERS	5219	PL/GAB-47
WILSON DE LIMA SOUZA	5231	PL/GAB-87
SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA	5334	PL/GAB-53
JAQUELINE ANDREIA FERREIRA	5811	PL/GAB-43
NERESI LEAL FRONZA	5481	PL/GAB-50
MARCELO QUIRINO GOULART	5532	PL/GAB-57
JORANDI ZONTA	6039	PL/GAB-51
LUIZ KORB	6544	PL/GAB-59
EDIKE ROGÉRIO ALVES CARNEIRO	6932	PL/GAB-48
EDER ALEXANDRE MARTINS	6974	PL/GAB-75

LENOIR MENEGAZZI	7160	PL/GAB-73
ODENIR FELIZARI	7298	PL/GAB-63
HERMELINO PRADA	7315	PL/GAB-35
LEONIR DA SILVA STRAMOSK	7392	PL/GAB-66
ANDRE LUIS KORB	7483	PL/GAB-40
MANOEL JESUS DA CONCEICAO	7509	PL/GAB-59
ANTONIO CELSO SILVEIRA	7534	PL/GAB-49
IVANOR BOING	7533	PL/GAB-47
ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG	7582	PL/GAB-48
ANGELITA DA LUZ DE TOLEDO	7645	PL/GAB-47

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 034, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Gab Dep Joares Ponticelli

Nome	Matrícula	Código
JULIO CESAR CANCELLIER DE OLIVO	2591	PL/GAB-64
MARLETE PEREIRA RICHTER	3625	PL/GAB-80
JULIO CESAR MARTINS	3702	PL/GAB-76
LAERCIO MENEGAZ	4369	PL/GAB-81
SILAS ANTONIO VITORIO PEREIRA	4581	PL/GAB-27
BENTO FRANCISCO SILVY	4925	PL/GAB-21
ANDRE BOGER E SILVA	5669	PL/GAB-01
EVANDRO MOTA	5990	PL/GAB-58
CHARLES EVERSON NICOLEIT	5973	PL/GAB-58
DANIELA TAVARES	6985	PL/GAB-47
MARIO LATRONICO JUNIOR	6995	PL/GAB-76
SILVIO GOMES TEIXEIRA	7115	PL/GAB-44
ANDRE FRETTA MAY	7274	PL/GAB-22
DERMESSON LUIZ MENESES	7286	PL/GAB-64
JAIRO MARTINS SAMPAIO	7311	PL/GAB-65
LETIANE APARECIDA MOUSQUER	7512	PL/GAB-66
NEWTON SILVEIRA JUNIOR	7367	PL/GAB-35
RODRIGO DA SILVA GONÇALVES	7412	PL/GAB-24
DANIELA REBHAIM	7424	PL/GAB-01
JONAS BRINGHENTI	7490	PL/GAB-25
MARIZA SUDBRACK TURATTI	7546	PL/GAB-71
MARINA PANSERA FIGUEREDO ROUSSENG	7668	PL/GAB-01

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 035, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Liderança do PCdoB).

Liderança do PC do B

Nome	Matrícula	Código
ELISANDRO CARLOS DA ROSA OLIVEIRA	7159	PL/GAL-53
GILMAR DE PAULO	7421	PL/GAL-23
RAFAELA JUNCKES DA SILVA	7548	PL/GAL-33

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 036, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Manoel Mota).

Gab Dep Manoel Mota

Nome	Matrícula	Código
JOEL CASAGRANDE DE LIMA	4284	PL/GAB-74
VANI JOSE MIGUEL FERREIRA	5763	PL/GAB-67
MARIA APARECIDA DE BRITTO MOLGARO	5470	PL/GAB-77
EDEMIR DO CANTO CAETANO	5988	PL/GAB-41
MAURICIO ANTONIO ROCHA	5994	PL/GAB-56
JOSE CARLOS DA ROSA	5977	PL/GAB-63
VANESSA TROMBIM SOARES	6285	PL/GAB-52
RENATA ALVES CORDEIRO	7064	PL/GAB-57
EUCLIDES MANOEL MARCOS	7200	PL/GAB-55
JAISON TEONAZ GOULART	7219	PL/GAB-43
RITA MARIA GUIMARÃES PEREIRA	7278	PL/GAB-39
FERNANDO VITOR	7325	PL/GAB-75
ANDRÉIA PACHECO MARCIRO	7382	PL/GAB-39
JAMES DA SILVA	5383	PL/GAB-55
MILENE DOS SANTOS GARCIA RODRIGUES	7634	PL/GAB-55
CRISTIANE RAMIRES HULSE	7681	PL/GAB-32
MARIA DA GRAÇA SANTOS DA SILVA	7697	PL/GAB-85
MARIA CECILIA DE SOUZA DE OLIVEIRA	7699	PL/GAB-57
SAMIRA ADRIANA SALIB PADILHA	7704	PL/GAB-13
CACILDA PEDROSO CARGNIN	7707	PL/GAB-25
VERA MARIA DA SILVA VITOR	7713	PL/GAB-27
OLIVEIRA DE LIMA	7714	PL/GAB-23

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 037, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Gab Dep Nilson Gonçalves

Nome	Matrícula	Código
JOAO LUIZ KARAM	3287	PL/GAB-72
GIOVANI ROZA	3288	PL/GAB-69
VINICIUS VEIGA GARCIA HAMAGUSHI	3415	PL/GAB-82
JOCIMAR DE SOUZA METZGER	3556	PL/GAB-49
NEILA FATIMA KARAM	3761	PL/GAB-79
GILSON FELIPE QUIRINO	4480	PL/GAB-40
LEONALDO LANDMANN	4640	PL/GAB-43
MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO	4668	PL/GAB-72
TICIANA TONIOLO TIEPPO	5627	PL/GAB-65
SONIA FERREIRA DOS SANTOS	9129	PL/GAB-52
TEREZINHA MEDEIROS	5776	PL/GAB-39
PIERRE FRANÇOIA MIRANDA TONIOTE	5898	PL/GAB-45
RENATO LEO RICCI	6122	PL/GAB-66
TELMA REGINA DA ROSA	6362	PL/GAB-39
GIZELI RIBEIRO DO NASCIMENTO	6928	PL/GAB-51
ANA PAULA DA SILVA	7182	PL/GAB-56
NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO	7528	PL/GAB-64

JACSON CARVALHO DE SOUSA	7611	PL/GAB-58
DIOGO DE CASTRO KLEIMMANN	7660	PL/GAB-48

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 038, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Gab Dep Renato Luiz Hinnig

Nome	Matrícula	Código
MARIJANE LUCIA MARAN LIBARDONI	4527	PL/GAB-50
ALEXANDRE DORTA CANELLA	5171	PL/GAB-75
JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL	5198	PL/GAB-73
GUSTAVO CORREA MARIA	5816	PL/GAB-37
RITA DE CASSIA OLINGER	5952	PL/GAB-55
MARCOS DA SILVA	5963	PL/GAB-59
EVA MARIA DOS SANTOS	6105	PL/GAB-01
DÉCIO FLÁVIO BORTOLUZZI	9145	PL/GAB-55
JANICE DE AZEVEDO NEVES	6437	PL/GAB-64
MARIA EDUARDA SIMON	6509	PL/GAB-64
SOLEDAD PAMELA YACONI URRUTIA DE SOUSA	7075	PL/GAB-59
ZILDOMAR TEOFILO DEUCHER	7170	PL/GAB-67
ALEXANDRE HENRIQUE GIL	7425	PL/GAB-59
NALMA APARECIDA NIENCHOTTER	7446	PL/GAB-64
ALCIONI TEREZINHA GRABOWSKI CALINOSKI	7574	PL/GAB-56
ANTONIO BOUDOUX MEDEIROS CARNEIRO NETO	7628	PL/GAB-82
UIARA GONÇALVES DE SOUZA ZILLI	7698	PL/GAB-17
LARA DAL BÓ TONELLI	7706	PL/GAB-64

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 039, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Reno Caramori).

Gab Dep Reno Caramori

Nome	Matrícula	Código
JOSE BERTOLDO DOS SANTOS	1397	PL/GAB-34
ROSE MARI BARGEN	2661	PL/GAB-71
LUCIANE PELLIZZARO DOS SANTOS HERKENHOFF	2992	PL/GAB-75
CIBELE WALMOTT BORGES	3157	PL/GAB-45
MAUREN BARGEN	3158	PL/GAB-48
SULA ELIANA BOIKO	3656	PL/GAB-75
LAIRTON TENCONI	3693	PL/GAB-63
CARLOS HENRIQUE PANIZ	4703	PL/GAB-44
CAROLINE VIEIRA FLORES	5125	PL/GAB-65
JEMYLE NASSAR CAMISAO	5585	PL/GAB-69
CARLOS MAGNO BARGEN	5883	PL/GAB-77
IVO PAULO HARTMANN	6003	PL/GAB-63
NEIDE MARIA DE CAMPOS	6373	PL/GAB-65
GISELE CORDEIRO PADILHA	6498	PL/GAB-34
DENILSON ARAÚJO DE FARIAS	6956	PL/GAB-37
WALTER PAULO PEGORARO	7029	PL/GAB-30
TATIANE PADILHA	7089	PL/GAB-21

DAIANA APARECIDA DA SILVA CARDOSO	7359	PL/GAB-33
ALESSANDRA FELICETTI PEROSA GUESSER	7486	PL/GAB-32
RENAN FERNANDO BACAN	7640	PL/GAB-55
JAIRES PACKER JUNIOR	7657	PL/GAB-63
ANA ELIZE MARTINS	7686	PL/GAB-63

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 040, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Gab Dep Sargento Amauri Soares

Nome	Matrícula	Código
HILARIO CARLOS SCHERNER	4010	PL/GAB-72
LUIZ CARLOS RODRIGUES	5194	PL/GAB-55
ALEXANDRE SILVA BRANDAO	5238	PL/GAB-70
GERALDO PEREIRA BARBOSA	5278	PL/GAB-55
LUCITA COTA PEREIRA	5374	PL/GAB-65
HELOISA BUENO	5382	PL/GAB-42
RENATA FERRACINI RODRIGUES	5466	PL/GAB-38
ANTONIO EDILSON GOMES DE MEDEIROS	5461	PL/GAB-68
MANOEL JOAO DA COSTA	6068	PL/GAB-68
EDISON GUILLERMO PUENTE NARVAEZ	6432	PL/GAB-68
GIOVAN NARDELLI	6711	PL/GAB-70
JONAZ GIL BARCELOS	6712	PL/GAB-68
PAULO RICARDO CARDOSO LUIZ	7005	PL/GAB-39
AVILINO GUISEL	7006	PL/GAB-39
DJALMA ANDRE FERNANDES	7008	PL/GAB-50
LINESIO DOS SANTOS	7016	PL/GAB-39
JOSEMAR ARBIGAUS DE OLIVEIRA	7380	PL/GAB-39
KAWE GRAEFF CAMPOLI	7539	PL/GAB-68
ADALBERTO TEODOSIO TABALIPA	7602	PL/GAB-65
LAUDEMIR ANTONIO DE SOUZA	7609	PL/GAB-39
GIOVANNY SIMON MACHADO	7614	PL/GAB-55
BRUNA VEIGA DE MORAES	7615	PL/GAB-55

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 041, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Gab Dep Volnei Morastoni).

Gab Dep Volnei Morastoni

Nome	Matrícula	Código
CARLOS VINICIUS LANNES DUERING	2607	PL/GAB-79
JEAN CARLOS SESTREM	4145	PL/GAB-72
RAQUEL GASTALDI DIAS	6657	PL/GAB-79
EDUARDO SAMUEL DE SOUZA	6702	PL/GAB-50
FLÁVIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS	6697	PL/GAB-45
GESSI EDSON LANZARIN	6699	PL/GAB-56
VANDERLEI MARTINS VIANA	6698	PL/GAB-56
RODRIGO PINZEGHER SILVEIRA	6656	PL/GAB-72
LUIZ ANTONIO DA CUNHA SILVEIRA FILHO	6700	PL/GAB-73
LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO DUARTE	6701	PL/GAB-50

ZELIA APARECIDA MELLO	6696	PL/GAB-07
JOSE ISAIAS VENERA	6794	PL/GAB-53
NEIDE DA SILVA MOREIRA	6824	PL/GAB-63
MARCELO SILVEIRA FORMIGA	6846	PL/GAB-69
ELIANE JAMER PIETRIZ ROSA	7308	PL/GAB-32
MOZART SERPA DE TOLEDO	7309	PL/GAB-49
CELSO LUIZ DELLAGIUSTINA	7407	PL/GAB-69
DANIELA APARECIDA VITORIO	7441	PL/GAB-29
MATEUS RODRIGUES DA CUNHA	7499	PL/GAB-32
RENATA FURLANETTO	7603	PL/GAB-55

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 042, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Liderança do PPS).

Liderança do PPS

Nome	Matrícula	Código
ALACIR CARDOSO	4028	PL/GAL-47
PABLO AMARAL ANTUNES	7140	PL/GAL-34
GILBERTO FERREIRA	7149	PL/GAL-35

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 043, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Liderança do PSOL).

Liderança do PSOL

Nome	Matrícula	Código
OSNI NARDELLI	7168	PL/GAL-36
SANDRO FALCONI REINALDO	7630	PL/GAL-36
REBECCA NETO PEREIRA	7656	PL/GAL-45

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 044, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015 (Liderança do PSDB).

Liderança do PSDB

Nome	Matrícula	Código
PATRICIA DA SILVA SOBREDA	5920	PL/GAL-63
KARYNE BIANCA NUNES	6356	PL/GAL-63
NALINE ELIAS NICOLAU	6489	PL/GAL-63
BERNADETE SCHAT DOS SANTOS	6680	PL/GAL-63
EDISON VENSON	7240	PL/GAL-72
GILBERTO ANTÔNIO GADOTTI	7329	PL/GAL-63
IDO MEES	7514	PL/GAL-63
NILSO BORTOLATTO	7590	PL/GAL-50

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 045, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARI OSVALDO RIBEIRO JUNIOR**, matrícula nº 7492, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 046, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NILSO VIZZOTTO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 047, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SERGIO LUIZ DA SILVA**, matrícula nº 6610, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 048, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **HENRIQUE VAZ**, matrícula nº 1114, na Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a contar de 26 de janeiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 049, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0037/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER à servidora **SANTINA SILVESTRI**, matrícula nº 1909, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 2009 e 20 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 050, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
HUMBERTO MACHADO FILHO	6331	3%	6%	22/12/2014	0028/2015
JONIANDESON MENEZES	4978	3%	12%	28/12/2014	0032/2015
JULIO CESAR CANCELLIER DE OLIVO	2591	3%	18%	30/12/2014	0038/2015
ROSITA NUNES	1870	3%	36%	1º/1/2015	0035/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 051, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora IRANI TEREZINHA RODOLFI PEREIRA, matrícula nº 2616, de PL/GAL-92 para o PL/GAL-83, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 052, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SIDNEI ROBERTO POFFO, matrícula nº 6162, de PL/GAL-50 para o PL/GAL-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 053, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SIMONE KUHNE RAUPP, matrícula nº 5164, de PL/GAL-61 para o PL/GAL-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Fevereiro de 2015 (Liderança do PSD).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 054, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0053/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER à servidora **ANA MARIA MAIA RAMOS**, matrícula nº 1606, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 17 de março de 2008 a 12 de janeiro de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 055, de 29 de janeiro de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
ALEX DAL PIVA	6993	3%	3%	1º/1/2015	0036/2015
ANDREIA DE FATIMA MAGUELNISKI	5938	3%	6%	1º/1/2015	0040/2015
EVANDRO GONCALVES PEREIRA	1879	3%	36%	20/12/2014	0025/2015
MARCOS LEONARDO ROLDÃO CORREA	6948	3%	3%	10/1/2015	0055/2015
SANTINA SILVESTRI	1909	3%	36%	20/12/2014	0026/2015
SERGIO BRUNETTO JOSE	5928	3%	6%	1º/1/2015	0056/2015
VOLNEI AVILSON SOETHE	6994	3%	3%	1º/1/2015	0054/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0261.9/2014

Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus fundos e seus órgãos e as entidades da administração estadual direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos, as entidades, os fundos e as fundações da administração estadual direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público, vinculados à Seguridade Social; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social, com direito a voto.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é estimada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), abrangendo:

I - R\$ 22.066.455.496,00 (vinte e dois bilhões, sessenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reais), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 2.749.993.992,00 (dois bilhões, setecentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e três mil e novecentos e noventa e dois reais), do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, de contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas no Anexo Único desta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS
Recursos de Todas as Fontes

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ 1,00	
	VALOR	%
1. - RECEITA DO TESOURO		
1.1 - RECEITAS CORRENTES	25.964.315.309	104,63
1.1.1 - Receitas Tributárias	20.773.639.626	83,71
1.1.2 - Receita Patrimonial	430.082.807	1,73
1.1.3 - Receita de Serviços	114.851	0,00
1.1.4 - Transferências Correntes	4.537.765.009	18,29
1.1.5 - Outras Receitas Correntes	222.713.016	0,90
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.624.855.462	10,57
1.2.1 - Operações de Crédito	2.624.855.462	10,58
1.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.442.681.025	-34,02
1.3.1 - Deduções da Receita Tributária	-7.991.194.325	-32,20
1.3.2 - Transferências Correntes	-381.163.255	-1,54
1.3.3 - Outras Deduções	-70.323.445	-0,28
TOTAL DA RECEITA DO TESOURO	20.146.489.746	81,18
2. - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
2.1 - RECEITAS CORRENTES	3.442.523.330	13,87
2.1.1 - Receita de Contribuições	602.911.418	2,43
2.1.2 - Receita Patrimonial	113.672.669	0,46
2.1.3 - Receita Agropecuária	2.369.305	0,01
2.1.4 - Receita Industrial	11.031.075	0,04
2.1.5 - Receita de Serviços	486.018.540	1,96
2.1.6 - Transferências Correntes	1.880.021.417	7,58
2.1.7 - Outras Receitas Correntes	346.498.906	1,40
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	157.348.959	0,63
2.2.1 - Alienação de Bens	49.753.820	0,20
2.2.2 - Amortização de Empréstimos	45.696.222	0,18
2.2.3 - Transferências de Capital	61.898.917	0,25
2.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-173.809.439	-0,70
2.3.1 - Dedução da Receita de Contribuições	-280.373	0,00
2.3.2 - Dedução da Receita Patrimonial	-163.910	0,00
2.3.3 - Dedução da Receita Industrial	-95	0,00
2.3.4 - Dedução da Receita de Serviços	-698	0,00
2.3.5 - Transferências Correntes	-172.385.431	-0,69
2.3.6 - Outras Deduções	-978.932	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES	3.426.062.850	13,80
3. - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		
3.1 - RECEITAS CORRENTES	1.243.007.176	5,00
3.1.1 - Receita de Contribuições	955.384.248	3,85
3.1.2 - Receita Patrimonial	1.323.823	0,01
3.1.3 - Receita Industrial	5.398.000	0,02
3.1.4 - Receita de Serviços	194.904.120	0,79
3.1.5 - Outras Receitas Correntes	85.996.985	0,35
3.2 - RECEITAS DE CAPITAL	889.716	0,00
3.2.1 - Outras Receitas de Capital	889.716	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.243.896.892	5,01
TOTAL	24.816.449.488	100,00

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I

Da Despesa Total

Art. 4º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), desdobrada segundo os

orçamentos, as categorias econômicas e os grupos de despesas a seguir especificados:

I - R\$ 17.569.492.082,00 (dezessete bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e oitenta e dois reais), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 7.246.957.406,00 (sete bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e seis reais), do Orçamento da Seguridade Social.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA
E GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ 1,00	
	VALOR	%
1 - Despesas Correntes	19.651.387.796	79,19
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.758.403.899	47,38
1.2 - Juros e Encargos da Dívida	848.726.350	3,42
1.3 - Outras Despesas Correntes	7.044.257.547	28,39
2 - Despesas de Capital	5.059.277.406	20,38
2.1 - Investimentos	4.258.680.560	17,16
2.2 - Inversões Financeiras	47.813.016	0,19
2.3 - Amortização da Dívida	752.783.830	3,03
3 - Reserva de Contingência	105.784.286	0,43
3.1 - Reserva de Contingência	105.784.286	0,43
TOTAL	24.816.449.488	100,00

Seção II

Da Distribuição da Despesa por Órgão/Unidade Orçamentária

Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previstos neste

Título, observada a programação constante do Anexo Único desta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
Recursos de Todas as Fontes

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
1. Administração Direta			
1.1 Assembleia Legislativa do Estado	536.505.076	27.203.136	563.708.212
1.2 Tribunal de Contas do Estado	200.118.337	10.012.684	210.131.021
1.3 Tribunal de Justiça do Estado	1.593.540.000	56.155.474	1.649.695.474
1.4 Fundo de Reparamento da Justiça	7.000.000	190.000.000	197.000.000
1.5 Ministério Público	529.655.910	23.584.093	553.240.003
1.6 Fundo para Reconstituição de Bens Lesados		5.464.623	5.464.623
1.7 Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	2.539.884	160.116	2.700.000
1.8 Fundo Especial de Modernização e Reparamento do Ministério Público	1.398.101	32.291.564	33.689.665
1.9 Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	36.450.000		36.450.000
1.10 Fundo de Melhoria da Polícia Civil	497.029.277		497.029.277
1.11 Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	260.261.406		260.261.406
1.12 Fundo para Melhoria da Segurança Pública	299.189.565	41.042.481	340.232.046
1.13 Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.048.141.395	2.712.041	1.050.853.436
1.14 Secretaria de Estado do Planejamento	12.227.377		12.227.377
1.15 Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	65.357.539	16.000.000	81.357.539
1.16 Fundo Estadual de Incentivo à Cultura		29.603.011	29.603.011
1.17 Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo		49.588.352	49.588.352
1.18 Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte		39.470.682	39.470.682
1.19 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	57.793.249	15.506.593	73.299.842
1.20 Fundo Estadual de Assistência Social	46.392.465	24.384.294	70.776.759
1.21 Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	51.600		51.600
1.22 Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	430.000		430.000
1.23 Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECEP	20.300.301		20.300.301
1.24 Fundo para a Infância e Adolescência	820.000	1.338.704	2.158.704
1.25 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	16.019.447		16.019.447
1.26 Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	1.074.613	1.019.912	2.094.525
1.27 Fundo Estadual de Recursos Hídricos	19.740.697	103.891	19.844.588
1.28 Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	2.427.392		2.427.392
1.29 Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	9.370.468		9.370.468
1.30 Secretaria de Estado da Casa Civil	47.625.670		47.625.670
1.31 Procuradoria-Geral do Estado	117.356.070		117.356.070
1.32 Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.432.192		4.432.192
1.33 Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	3.505.769		3.505.769
1.34 Secretaria de Estado de Comunicação	68.190.351		68.190.351

1.35	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento		9.793.015	9.793.015
1.36	Fundo de Desenvolvimento Social		113.476.819	113.476.819
1.37	Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.078.462		5.078.462
1.38	Procuradoria-Geral Junto ao Tribunal de Contas	19.461.801		19.461.801
1.39	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	33.210.293		33.210.293
1.40	Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina		1.162.394	1.162.394
1.41	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	76.371.610	23.324.697	99.696.307
1.42	Fundo Estadual de Sanidade Animal	1.997.037		1.997.037
1.43	Secretaria de Estado da Educação	3.222.612.260	45.313.531	3.267.925.791
1.44	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC		59.343.294	59.343.294
1.45	Fundo Estadual de Educação - FEDUC	132.600.000		132.600.000
1.46	Secretaria de Estado da Administração	163.977.545		163.977.545
1.47	Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais		120.926.473	120.926.473
1.48	Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais		469.427.470	469.427.470
1.49	Fundo Patrimonial		45.497.794	45.497.794
1.50	Fundo Estadual de Saúde	2.370.222.410	755.866.647	3.126.089.057
1.51	Secretaria de Estado da Fazenda	430.798.763		430.798.763
1.52	Encargos Gerais do Estado	1.817.952.997		1.817.952.997
1.53	Fundo Estadual de Apoio aos Municípios		100.000.000	100.000.000
1.54	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina		1.295.646	1.295.646
1.55	Fundo de Esforço Fiscal	30.500.000		30.500.000
1.56	Fundo Pró-Emprego	28.585.863	37.500.000	66.085.863
1.57	Secretaria de Estado da Infraestrutura	297.005.701	12.000.000	309.005.701
1.58	Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville		1.055.069	1.055.069
1.59	Fundo Rotativo da Penitenciária Sul		321.389	321.389
1.60	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba		1.058.638	1.058.638
1.61	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis		3.269.729	3.269.729
1.62	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó		1.948.139	1.948.139
1.63	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	578.780.805	42.107.351	620.888.156
1.64	Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis		333.700	333.700
1.65	Fundo Especial da Defensoria Dativa		29.149.200	29.149.200
1.66	Secretaria de Estado da Defesa Civil	242.210.000		242.210.000
1.67	Fundo Estadual da Defesa Civil	7.393.228	25.045.085	32.438.313
1.68	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	5.845.409	262.107	6.107.516
1.69	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	5.009.910	257.029	5.266.939
1.70	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	6.340.920	255.953	6.596.873
1.71	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	6.978.275	263.621	7.241.896
1.72	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	8.207.086	250.000	8.457.086

1.73	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	6.685.327	274.416	6.959.743
1.74	Reserva de Contingência	1.000.000		1.000.000
1.75	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	8.271.825	402.119	8.673.944
1.76	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	8.880.015	264.024	9.144.039
1.77	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	6.397.721	252.892	6.650.613
1.78	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	22.493.326	509.753	23.003.079
1.79	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	12.047.648	411.569	12.459.217
1.80	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	8.838.407	403.800	9.242.207
1.81	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	11.917.141	417.791	12.334.932
1.82	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	7.607.381	421.524	8.028.905
1.83	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	7.197.143	410.762	7.607.905
1.84	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	8.858.042	423.744	9.281.786
1.85	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibaanos	7.490.831	410.897	7.901.728
1.86	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	9.706.115	406.424	10.112.539
1.87	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	9.163.873	284.809	9.448.682
1.88	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	10.295.286	252.758	10.548.044
1.89	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	15.821.103	501.244	16.322.347
1.90	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	11.815.044	1.319.905	13.134.949
1.91	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	17.894.353	500.000	18.394.353
1.92	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	34.823.739	829.697	35.653.436
1.93	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	13.725.136	417.926	14.143.062
1.94	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	14.460.270	400.504	14.860.774
1.95	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	19.591.151	524.921	20.116.072
1.96	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	13.691.880	433.194	14.125.074
1.97	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	26.800.467	807.265	27.607.732
1.98	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	12.379.197	404.170	12.783.367
1.99	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	14.567.210	422.701	14.989.911

1.100	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	9.673.553	428.990	10.102.543
1.101	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	13.627.595	530.571	14.158.166
1.102	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	6.744.182	271.558	7.015.740
1.103	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	7.781.276	262.175	8.043.451
1.104	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	6.658.030	252.859	6.910.889
2. Autarquia				
2.1	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina		21.383.748	21.383.748
2.2	Instituto de Metrologia de Santa Catarina	1.638.968	27.252.824	28.891.792
2.3	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina	3.025.438	550.000	3.575.438
2.4	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina	5.346.223		5.346.223
2.5	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	64.733.146	6.614.201	71.347.347
2.6	Fundo Previdenciário		107.522.836	107.522.836
2.7	Fundo Financeiro	1.834.700.000	1.524.175.212	3.358.875.212
2.8	Departamento de Transportes e Terminais		28.658.012	28.658.012
2.9	Departamento Estadual de Infraestrutura	1.621.629.554	147.850.157	1.769.479.711
2.10	Administração do Porto de São Francisco do Sul		44.516.333	44.516.333
3. Empresa Estatal Dependente				
3.1	Santa Catarina Turismo S.A.	6.200.000	18.000.000	24.200.000
3.2	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.	13.199.414	10.669.230	23.868.644
3.3	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	157.171.925	35.697.773	192.869.698
3.4	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	350.017.987	22.638.893	372.656.880
4. Fundação				
4.1	Fundação Catarinense de Esporte	4.606.904	23.142.354	27.749.258
4.2	Fundação Catarinense de Cultura	12.185.919	25.955.398	38.141.317
4.3	Fundação do Meio Ambiente	19.094.987	54.025.498	73.120.485
4.4	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	136.835.320	26.092.564	162.927.884
4.5	Fundação Catarinense de Educação Especial	194.700.000	32.136.566	226.836.566
4.6	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	336.150.000	32.008.133	368.158.133
4.7	Fundação Escola de Governo - ENA	2.265.168	1.068.607	3.333.775
TOTAL		20.146.489.746	4.669.959.742	24.816.449.488

Seção III

Da Aplicação de Recursos Públicos em Ações e Serviços Públicos de Saúde e na Manutenção e no Desenvolvimento do Sistema de Ensino
Art. 6º O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 1.998.716.562,00 (um bilhão, novecentos

e noventa e oito milhões, setecentos e dezesseis mil e quinhentos e sessenta e dois reais), que corresponde a 12% (doze por cento) das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
(Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República)

	Em R\$ 1,00
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	16.655.971.350
1.1 - Impostos	15.001.942.055
ITBI	399
IRRF	919.609.391
IPVA	774.237.108
ITCMD	151.506.605
ICMS - Estadual	13.156.588.552
1.2 - Transferências Federais	1.535.540.104
Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	222.165.710
Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	65.216.707
Cota - Parte FPE - Linha Estado	1.248.157.687
1.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	95.735.344
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	12.369.992
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	10.383.855
2. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12%
3. VALOR MÍNIMO A APLICAR	1.998.716.562
4. PERCENTUAL FIXADO	12,00%
5. TOTAL DA DESPESA FIXADA	1.998.716.562
5.1.1 - Fundo Estadual de Saúde (Unidade Orçamentária)	1.998.716.562
5.1.1.1 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD - (Fonte 0.100)	1.998.716.562

Art. 7º O Estado aplicará na manutenção e no desenvolvimento do seu sistema de ensino a importância de R\$ 4.500.193.838,00 (quatro bilhões, quinhentos milhões, cento e noventa e três mil e oitocentos e trinta e oito reais), proveniente da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO
(Art. 167 da Constituição do Estado)

	Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	16.655.971.350
1.1 - Impostos	15.001.942.055
ITBI	399
IRRF	919.609.391
IPVA	774.237.108
ITCMD	151.506.605
ICMS - Estadual	13.156.588.552
1.2 - Transferências Federais	1.535.540.104
Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	222.165.710
Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	65.216.707
Cota - Parte FPE - Estado	1.248.157.687
1.3 - Multa e Juros de Mora dos Impostos	95.735.344
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	12.369.992
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	10.383.855
2. DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.147.272.312
2.1 - Impostos	2.816.466.453
2.1.1 - ICMS - Estadual	2.631.317.710
2.1.2 - ITCMD	30.301.321
2.1.3 - IPVA	154.847.422
2.2 - Transferências Federais	307.108.021
2.2.1 - Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	44.433.142
2.2.2 - Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	13.043.341
2.2.3 - Cota - Parte FPE - Estado	249.631.537
2.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	19.147.069
2.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	2.473.998
2.5 - Dívida Ativa dos Impostos	2.076.771
3. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%
4. VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	4.163.992.838
5. PERCENTUAL FIXADO	27,02%
6. TOTAL DA DESPESA FIXADA	4.500.193.838
6.1 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	2.755.827.713
6.1.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	848.117.998
6.1.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	1.901.346.715
6.1.3 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 7100)	6.363.000
6.2 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	284.923.814
6.2.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	127.090.528
6.2.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	157.833.286
6.3 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	336.150.000
6.3.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	336.150.000
6.4 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE	189.200.000
6.4.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	35.200.000
6.4.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	154.000.000
6.5 - DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	934.092.311

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício financeiro, créditos suplementares até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias a que se refere o inciso I do § 8º do art. 120 da Constituição do Estado, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir créditos adicionais à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - abrir créditos adicionais, durante o exercício financeiro, exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e precatórios judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias consignadas à outra unidade orçamentária;

V - abrir créditos adicionais à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício financeiro de 2015;

VI - designar o titular da Secretaria de Estado da Fazenda, que por sua vez poderá delegar competência ao Diretor de Planejamento Orçamentário, para remanejar, por portaria do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, dotações orçamentárias entre subações de uma unidade orçamentária ou de um mesmo órgão;

VII - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

VIII - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

§ 1º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, observando as normas constitucionais e legais, poderá, por meio do sistema informatizado de execução orçamentária:

I - modificar as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesas, o elemento de despesa dentro da mesma subação, bem como a modalidade de aplicação e o Identificador de Uso Iduso das destinações de recursos; e

II - remanejar dotações orçamentárias entre subações da mesma unidade orçamentária exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e precatórios judiciais.

§ 2º Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso I do caput deste artigo os créditos suplementares para atender a:

I - despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, planos de previdência e saúde dos servidores do Estado, serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - despesas programadas à conta de receitas vinculadas; e

III - despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive de fundos.

TÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO I

DA DESPESA

Art. 9º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante do Anexo Único desta Lei, é fixada em R\$ 2.236.242.540,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos e quarenta reais), conforme o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

EMPRESAS	Em R\$ 1,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	19.258.566
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.	19.258.566
Gabinete do Governador do Estado	2.206.364.945
CELESC Geração S.A.	233.640.000
CELESC Distribuição S.A.	489.821.457
SC Participações e Parcerias S.A.	33.858.845
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.	781.304.716
SCPar Porto de Imbituba S.A.	120.900.000
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.	10.665.529
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	536.174.398
Secretaria de Estado da Fazenda	10.619.029
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.	10.619.029
TOTAL	2.236.242.540

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 10. As fontes de financiamento para a cobertura das despesas fixadas no art. 9º desta Lei, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos de operações de crédito internas e

externas, vedado o endividamento com empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita não estimada e de recursos de outras fontes, apresentam o seguinte desdobramento:

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Geração Própria	1.179.859.201
6.1.10 Recursos do orçamento de investimento - geração própria	1.179.859.201
Receita para Aumento do Patrimônio Líquido	67.400.000
6.2.10 Recursos para aumento do patrimônio líquido - tesouro	2.500.000
6.2.20 Recursos para aumento do patrimônio líquido - demais	64.900.000
Operações de Crédito de Longo Prazo	589.893.213
6.3.10 Operações de crédito de longo prazo - interna	397.578.235
6.3.20 Operações de crédito de longo prazo - externa	192.314.978
Recurso de Outras Fontes	399.090.126
6.9.90 Outros recursos de longo prazo - outras fontes	399.090.126
TOTAL	2.236.242.540

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares, até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias, mediante a geração adicional de recursos ou a anulação parcial de dotações orçamentárias;

II - realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, previstos nesta Lei, estiver relacionada com empresas estatais; e

III - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para a implementação das ações previstas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, a execução orçamentária poderá ser processada mediante a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades constantes desta Lei e de suas alterações, na forma dos procedimentos previstos na Lei nº 12.931, de 13 de fevereiro de 2004.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

SALA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, em Florianópolis, 17 de dezembro de 2014.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

(O Anexo Único do Projeto de Lei nº 261/14 encontra-se disponível no site da ALESC)

*** X X X ***